



Número: **0088335-94.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 22ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **19/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.087,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
JOSE FABIANO DA SILVA (AUTOR)	ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS (ADVOGADO) AMANDA KARLA SOARES DA SILVA (ADVOGADO)
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (REU)	MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)	MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS (ADVOGADO)
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
55788 645	19/12/2019 10:10	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
55788 647	19/12/2019 10:10	<a href="#">SUBS JOSE FABIANO</a>	Substabelecimento
55788 650	19/12/2019 10:10	<a href="#">PROC</a>	Procuração
55788 655	19/12/2019 10:10	<a href="#">ADM</a>	Documento de Comprovação
55788 662	19/12/2019 10:10	<a href="#">CR</a>	Documento de Comprovação
55788 664	19/12/2019 10:10	<a href="#">documento</a>	Documento de Comprovação
55788 670	19/12/2019 10:10	<a href="#">DP</a>	Documento de Comprovação
55788 671	19/12/2019 10:10	<a href="#">rg e cpf</a>	Documento de Comprovação
56015 985	06/01/2020 13:31	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
56693 346	21/01/2020 07:55	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
56693 352	21/01/2020 08:05	<a href="#">Citação</a>	Citação
56693 353	21/01/2020 08:05	<a href="#">Citação</a>	Citação
56693 354	21/01/2020 08:05	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
56734 596	21/01/2020 16:23	<a href="#">Petição em PDF</a>	Petição em PDF
58238 371	19/02/2020 14:37	<a href="#">HONORARIOS PERICIAIS</a>	Outros (Petição)
58240 403	19/02/2020 14:37	<a href="#">2693017 - HONORARIOS PERICIAIS</a>	Petição em PDF

58240 404	19/02/2020 14:37	<a href="#">2693017 GUIA DE DEPOSITO</a>	Guias de Recolhimento / Depósito / Custas
58375 112	25/02/2020 11:48	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
58375 113	25/02/2020 11:48	<a href="#">2693017 CONTESTAÇÃO - PE</a>	Petição em PDF
58375 114	25/02/2020 11:48	<a href="#">2 LIDER PARTE 1</a>	Procuração
58375 116	25/02/2020 11:48	<a href="#">3 LIDER PARTE 2</a>	Procuração
58375 118	25/02/2020 11:48	<a href="#">1 Subs geral Maristela (2)</a>	Substabelecimento
58375 120	25/02/2020 11:48	<a href="#">substabelecimento Mapfre Vera Cruz</a>	Procuração
58856 681	05/03/2020 23:15	<a href="#">replica</a>	Petição
59309 939	17/03/2020 09:41	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
59846 056	26/03/2020 13:12	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
59846 059	26/03/2020 13:12	<a href="#">AR referente a CITAÇÃO/INTIMAÇÃO de MAPFRE VERA CRUZ</a>	Aviso de recebimento (AR)
59987 341	30/03/2020 13:44	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
59987 343	30/03/2020 13:44	<a href="#">88335-94.2019 SEGUARDORA LIDER 22A</a>	Documento de Comprovação
60067 031	31/03/2020 16:30	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
60733 874	16/04/2020 13:47	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
61156 492	28/04/2020 09:43	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
61156 516	28/04/2020 09:48	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
61271 704	30/04/2020 00:46	<a href="#">Petição em PDF</a>	Petição em PDF
61353 229	04/05/2020 03:38	<a href="#">Petição em PDF</a>	Petição em PDF

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – PERNAMBUCO.**

**JOSE FABIANO DA SILVA**, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF/MF sob o nº 05243935409 e no RG sob o nº 6637993 -SDS/PE, domiciliado a Rua João Prudente de Santana, 16, Centro, Cha Grande-PE, CEP:55636-000, por sua procuradora e advogada, com endereço eletrônico no e-mail: [anasantosadv1@gmail.com](mailto:anasantosadv1@gmail.com), e endereço profissional à rua Helena de Lemos, 330, Ilha do Retiro, Recife -PE , CEP: 50750-630, constituídos nos termos do instrumento procuratório (doc. em anexo), onde recebe intimações, vem a presença de Vossa Excelência, com fulcro no art. 5º, inciso XXXIV da Constituição Federal, c/c o art. 186 do Código Civil Brasileiro, ajuizar a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT (DIFERENÇA)**

, em face **MAPFREVERA CRUZ SEGURADORA S/A**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38, sediada na Avenida Governador Agamenon Magalhães, 3855, Boa Vista Recife - PE, 50070-160 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.031-205, onde deverá ser citada, pelos motivos de fato e de direito, que a seguir expõe:

**PRELIMINARMENTE:**

**Do Benefício da Gratuidade Processual**

Inicialmente, requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita de acordo com a Lei 1.060/50 e suas posteriores alterações, pois a parte AUTORA não possui condições de arcar com as custas processuais e demais despesas inerentes ao presente processo, bem como os honorários de advogado, dentre outros, uma vez que se assim o fizesse comprometeria sua renda.

**DO NÃO INTERESSE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO. ART. 319. VII CPC. – PEDIDO DE NOMEAÇÃO DE PERITO – CONVÊNIO 05/2015 TJPE.**

Atendendo aos requisitos do NCPC em seu artigo 319, venho manifestar a vossa excelência que NÃO tem interesse de conciliar a presente demanda, antes da avaliação da parte autora através de laudo técnico, a ser realizado por perito médico nomeado pelo TJPE, conforme **CONVÊNIO 05/2015 TJPE**.

Diante do exposto, visando maior celeridade processual, pugna para que seja nomeado perito judicial para graduação da debilidade permanente da parte autora, visto que existe convênio firmado junto as seguradoras, disposto no ato da presidência 05/2015, onde consta o valor previamente estabelecido de R\$ 200,00 para cada perícia realizada.

**DOS FATOS E FUNDAMENTOS:**

O promovente é vítima de acidente de trânsito ocorrido, em **06/04/2018**, tudo conforme se depreendem da cópia do Registro de Ocorrência Policial anexada a peça inicial e documentos do Hospital.



**Por ocasião do acidente, o autor sofreu várias lesões que o deixou com DEBILIDADE PERMANENTE, devido a fratura No Fêmur direito, sendo submetido a procedimento cirúrgico, conforme consta do Laudo Médico anexo, o que o torna beneficiário do seguro denominado (DPVAT).**

Nos meses subsequentes ao acidente iniciou-se o enorme sofrimento da parte autora, sempre com a esperança de recuperar-se daquela sequela, haja vista o fato de que, para uma pessoa até então saudável, ter de permanecer com restrição na mobilidade e normalidade.

Ressalta-se que foi requerido administrativamente a liberação da integralidade do valor da indenização do Seguro DPVAT por invalidez Permanente, sendo pago apenas o valor de **R\$2.362,50 ( dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)** pelo acidente sofrido.

Assim, não restou alternativa à demandante, senão pleitear a justa indenização a ela devida, no que tange ao seguro obrigatório DPVAT, em razão da invalidez permanente que ora lhe acobertara, em total consonância à Lei nº. 1.482/2007.

Munida da documentação necessária, vem pleitear da empresa promovida, por ser integrante do consórcio de seguradoras que operam o seguro DPVAT, o pagamento da complementação da indenização acima referida até o valor de **R\$9.450,00.**

Desta forma, recorre o Promovente ao Poder judiciário, para receber a quantia que tem direito a indenização securitária de DPVAT, por ser de inteira e merecida justiça.

#### **DO DIREITO:**

##### **DA LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM:**

O seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres – DPVAT, conhecido popularmente como SEGURO OBRIGATÓRIO, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidentes de trânsito em todo território nacional, não importando de quem seja a culpa.

No caso em comento, é direito do promovente perceber uma indenização por danos pessoais, ante a sua debilidade permanente decorrente de acidente automobilístico.

Vale a pena destacar, que a legitimidade ativa da autora na presente demanda é cristalina. Neste sentido, dúvidas não há, ante a dicção legal do art. 4º da Lei nº 6.194/74, in verbis:

**“A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento, ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados”. (GRIFO NOSSO)**

##### **DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM:**

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer



seguradora que faça parte do complexo da FENASEG constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **MAPFREVERA CRUZ SEGURADORA S/A**.

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, in litteris:

**“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)**

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG, poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

#### **DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO:**

Anota o art. 5º e art. 7º, ambos da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, bem como reforçado pela Súmula 257 do STJ, Vejamos:

**“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)**

**“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (destaque nosso).**

**“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.**

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

#### **DA DESNECESSIDADE DE PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO:**

A Lei n. 6.194/74, que institui o Seguro Obrigatório, alterada pela Lei n. 8.441/92, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que integram o sistema para tal fim. Tal assertiva é confirmada, uma vez que esses comandos legais já foram devidamente recepcionados pela norma constitucional vigente, estando



em harmonia com os direitos e garantias fundamentais, tais como os princípios da legalidade, inafastabilidade e indeclinabilidade da prestação jurisdicional.

### **DA FACULDADE DO AUTOR PARA O FORO COMPETENTE EM AJUIZAR A PRESENTE DEMANDA:**

De acordo com a recente decisão do E. STJ no Recurso Especial nº REsp 1357813 / RJ (2012/0262596-6), a parte Autora tem a faculdade de propor ação no foro do seu próprio domicílio, no foro do local do acidente ou, ainda, **no foro do domicílio do réu**. Assim, vejamos a sua redação:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES - DPVAT. DEMANDA DE NATUREZA PESSOAL. FACULDADE DO AUTOR NA ESCOLHA DO FORO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO. FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU. ART. 94, CAPUT, DO CPC. LOCAL DO ACIDENTE OU DE SEU DOMICÍLIO. ART. 100, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.

1. Para fins do art. 543-C do CPC: Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT, **constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente ou o do seu domicílio** (parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo Diploma). 2. No caso concreto, recurso especial provido. (REsp 1357813/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/09/2013, DJe 24/09/2013) **(grifo nosso)**.

Portanto, o foro de domicílio do réu é plenamente competente para apreciar e julgar o feito nas ações relativas de cobrança de seguro Dpvt.

### **DA NOMEAÇÃO DO PERITO JUDICIAL – INSTRUÇÃO NORMATIVA 5/2015A**

Requer a nomeação do perito judicial, em virtude da instrução normativa 5/2015, que firma o convenio do TJPE junto a seguradora ré com a finalidade de percentualizar a debilidade da parte autora, de acordo com a tabela anexa a lei, uma vez que os órgãos responsáveis por perícias acidentárias públicos (IML) não possuem estrutura suficiente para atender ao pleito

### **DOS PEDIDOS:**

1 **Seja deferida a preliminar, visto não ter interesse na audiência de conciliação,** com base do art. 319, inciso VII; visto que a parte demandada não apresenta proposta para acordo, sem antes a perícia judicial;;

2. A citação da promovida por carta Citatória, de acordo com o disposto no art. 246 do NCPD, para querendo contestar a presente ação, no prazo legal, sob pena de revelia.

3. Os benefícios da Justiça Gratuita, por ser a parte Autora pobre na forma da Lei, não tendo condições de arcar com as despesas Processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de seus familiares.

4. Requer que seja nomeado perito judicial para realização de perícia, com o fim de graduar a debilidade da parte autora, de acordo com a instrução normativa de n. 5/2015, que firma convênio



para realização de perícias para estes fins;

5. A procedência da presente demanda, para o fim de condenar a requerida ao pagamento, no valor de R\$ 7.087,50( sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), referente ao complemento do seguro Obrigatório DPVAT, em face da invalidez sofrida pelo Autor, ou SUBSIDIARIAMENTE que seja avaliado o grau de invalidez do Autor, através da perícia médica, utilizando os reais percentuais de invalidez para o cálculo da indenização devida ao mesmo, tudo nos conformes determinado pela tabela de invalidez implementada pela Lei nº 11.945/2009.

6. Com base nas Súmulas 426 e 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros a partir da citação e da correção monetária retroativa a data do sinistro;

7. Seja a demandada condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, ou sendo irrisório o valor a ser percebido pelo Autor, seja arbitrado de acordo com o art. 85, §§ 1º e 2º do CPC, além das custas processuais e demais emolumentos;

8. Protesta por todos os meios de provas em direito admissíveis;

Dar-se-á a causa o valor de R\$ 7.087,50( sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), para efeito meramente fiscais.

Pede e espera deferimento.

Recife, 19 de dezembro de 2019.

**Ana Cristina Aleixo Pereira Santos**

**OAB-PE: 28.697**

**Amanda Karla Soares da Silva**


**OAB-PE:33.664**



## SUBSTABELECIMENTO

**ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/PE n° 28.697D, com endereço profissional na Rua Helena de Lemos, n° 330, Empresarial da Ilha, sala 104, Ilha do Retiro, Recife/PE, CEP: 50.750-630, **Substabelece com reserva de poderes**, a pessoa da advogada **AMANDA KARLA SOARES DA SILVA**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/PE n° 33664, com endereço profissional na Rua Helena de Lemos, n° 330, Empresarial da Ilha, sala 104, Ilha do Retiro, Recife/PE, CEP: 50.750-630, os poderes que lhe foram outorgados por **JOSE FABIANO DA SILVA**, através do instrumento particular de mandato, para praticar todos os atos que se fizerem necessários.

Recife, 18 de dezembro de 2019.

  
Ana Cristina Santos  
OAB/PE 28697



### PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** José Fabiano da Silva  
brasileiro(a), estado civil casado, regularmente inscrito no CPF/MF sob o  
nº 052.439.359-09 e portador da cédula de identidade  
nº 6.637.993 residente e domiciliado(a) na  
rua Fundante de Santana  
nº 16 bairro de Centro  
CEP 55.636.000 na cidade de  
Chã-Grande / PE

**OUTORGADA:** ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS, brasileira, solteira,  
advogada, inscrita na OAB/ PE 28.697, com escritório profissional à Rua Helena de  
Lemos, nº 330, Empresarial da Ilha, sala 102, Ilha do Retiro, Recife-PE. CEP: 50750-  
630 E-mail: anasantosadv1@gmail.com, onde recebe intimações e/ou notificações  
judiciais.

**PODERES:** Para promover defesa dos meus interesses judiciários, concedendo-lhes  
poderes incluídos nas cláusulas "Ad Juditia" e "At Juditia Et Extra" (Art. 70 parágrafo 3º  
e 4º da Lei nº 4215, de 27/04/63), em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, em todas  
as fases do processo, podendo propor ação em Justiça Comum, desistir de ações,  
renunciar, interpor recursos, transigir, receber e dar quitação, retirar Alvará judicial de  
pagamento em nome do autor, do cartório judicial ou gabinetes em afins, firmar  
compromissos, usar de todos os recursos legais, por mais especiais que sejam,  
mesmo extraordinários, promover justificações, inquirir e contestar testemunhas,  
inclusive receber a citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do  
pedido, representar em audiência, usando em suma, de todos os poderes permitidos  
em Direito, para que a sua defesa seja a mais ampla e cabal, inclusive substabelecer  
em Advogado de sua confiança, e quando lhe convier, com, ou sem reservas de  
poderes.

**JUSTIÇA GRATUITA:** Desejando obter os benefícios da "Justiça Gratuita", declara,  
sob as penas da lei, que não possui recursos suficientes para custear qualquer  
demanda, sem prejuízo do sustento próprio e da família, pelo que, nos termos da Lei  
nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950, faz jus aos benefícios da gratuidade da Justiça.

Recife, 04 de 11 de 2019

José Fabiano da Silva  
Outorgante



**SINISTRO 3180602224 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA** JOSE FABIANO DA SILVA**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** GENTE

SEGURADORA S/A

**BENEFICIÁRIO** JOSE FABIANO DA SILVA**CPF/CNPJ:** 05243935409**Posição em 02-12-2019 09:02:32**

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
04/04/2019	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50





AVENIDA CRUZ CABUGA - NUM. 1387 - SANTO AMARO RECIFE PE  
CEP: 50040-000. Fone: (081) 0800 081 0195  
Inscrição Estadual: 18.1.001.0014398-2  
CNPJ: 09.769.035/0001-64  
Qualidade da Água: www.compesa.com.br

Nº Documento: 2019117406479

Escritório: CHA GRANDE

**FATURA MENSAL DE ÁGUA E ESGOTO**

**DADOS DO CLIENTE**

MARIA DE LOURDES DA SILVA  
R JOAO PRUDENTE DE SANTANA, N. 00016 - CENTRO CHA GRANDE PE 55636-000  
INSCRIÇÃO: 045.175.100.0074.000

MATRÍCULA:

00740647.9

11/2019-5

GRUPO: 2

OPÇÃO DÉB. AUTOMÁTICO: 00740647.9

RESPONSÁVEL

ENDEREÇO PARA ENTREGA

SITUAÇÃO ÁGUA LIGADO	SITUAÇÃO ESGOTO POTENCIAL	RESIDENCIAL 1	QUANTIDADE DE ECONOMIAS COMERCIAL	INDUSTRIAL	PÚBLICO
HIDRÔMETRO A11U155382	DATA LEIT. ANTERIOR 24/10/2019	DATA LEIT. ATUAL 23/11/2019	TIPO DE CONSUMO(A/E) REAL /		
ÁGUA LEIT. ANT.: 68 LEIT. ATUAL: 68 LEIT. FAT.: 68	CONSUMO: 9 HD PARADO	ESGOTO LEIT. ANT.: LEIT. ATUAL: LEIT. FAT.:	VOLUME: 0		
HISTÓRICO DE CONSUMO REFERÊNCIA/CONSUMO		PARÂMETROS	NÚMEROS DE AMOSTRAS		
10/2019	9/	A E	EXIG. PELA PORT. MS 2.914/11	ANÁLISES REALIZADAS	ATENDEM A LEGISLAÇÃO
09/2019	9/	A E	TURBIDEZ	24	20
08/2019	9/	A E	COR APARENTE	24	9
07/2019	9/	A E	COLORO RESIDUAL	24	24
06/2019	10/	A E	COLIFORMES TOTAIS	24	24
05/2019	9/	A E	E.Coli	24	24
MÉDIA	9/ 0	A E	OBSERVAÇÕES: (1)COLIFORMES TOTAIS AUSENCIA EM 95% DAS AMOSTRAS EXAMINADAS. (2)OS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, ESCHERICHIA COLI E CLORO RESIDUAL SÃO INDICADORES DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DA ÁGUA. (3)OS PARÂMETROS COR E TURBIDEZ SÃO INDICADORES DAS CONDIÇÕES ASSOCIADAS AO ASPECTO VISUAL DA ÁGUA.		

**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E TARIFAS**

**CONSUMO POR FAIXA**

**VALOR R\$**

ÁGUA		
RESIDENCIAL 001 UNIDADE		
CONSUMO DE ÁGUA	9 M3	44,08
MULTA P/IMPONTUALIDADE 10/2019		0,89

TRIBUTOS	BASE DE CÁLCULO	PERCENTUAL (%)	VALOR DO IMPOSTO
PIS	44,08	1,65	0,73
COFINS	44,08	7,60	3,35

VENCIMENTO: 05/12/2019

TOTAL A PAGAR: 44,97

PROBLEMAS COM A BEBIDA? LIGUE ALCOÓLICOS ANONIMOS - (81) 3221-3592/98476-3207

Emitido por: INTERNET

Emitido em: 02/12/2019



ATENDIMENTO: 0800-0810195  
VAZAMENTOS: 0800-0810185



0800-2813844

MATRÍCULA:

00740647.9

11/2019-5

VENCIMENTO: 05/12/2019

TOTAL A PAGAR: 44,97

CÓDIGO DE BARRAS

VIA COMPEA

82870000000-4 44970018045-0 00740647901-9 11201950003-3



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



NOME: João Ezequias da Silva

**LAUDO MÉDICO**


O paciente supracitado foi vítima de trauma, tendo apresentado o diagnóstico de: fratura do punho direito CID-10: S72.4, foi

submetido à tratamento cirúrgico nesta unidade hospitalar no dia

12, 04, 18. Atualmente se encontra em acompanhamento ambulatorial.

Reverte se quanto de 2/3 do acompanhamento  
ambulatorial

Bezerros, 22, 11, 18.

  
CRM-PB 7451  
21/04/18





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLICIA DA 066ª CIRCUNSCRIÇÃO - AMARAJI - DP66ª CIRC DINTER1/12ª DESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 18E0156000567

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 30/07/2018 às 11:05

Complementa o BO Número: 18E0156000474

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)** que aconteceu no dia 6/4/2018 no período da Tarde

✕ Fato ocorrido no endereço: MUNICIPIO DE AMARAJI, 1, PE 71 - Bairro: ZONA RURAL - AMARAJI/PERNAMBUCO/BRASIL  
Local do Fato: VIA PUBLICA

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

DESCONHECIDO (AUTOR/AGENTE)  
FELIPE MANOEL DA SILVA OLIVEIRA (OUTRO)  
ANDINHO (TESTEMUNHA)  
JOSE FABIANO DA SILVA (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): ANDINHO

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

JOSE FABIANO DA SILVA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: CECILIA MARIA DA CONCEIÇÃO Pai: SEBASTIÃO INACIO DA SILVA Data de Nascimento: 9/4/1983 Naturalidade: PASSIRA / PERNAMBUCO / BRASIL Documentos: 6637993/9DS/PE (RG) Estado Civil: CASADO(A) Escolaridade: 1º. GRAU INCOMPLETO Profissão: AGRICULTOR(A) Telefones Celulares: -997401135

Endereço Residencial: MUNICIPIO DE CHA GRANDE, 16, RUA JOÃO PUDRENTE SANTANA - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - CHA GRANDE/PERNAMBUCO/BRASIL  
Endereço Comercial: MUNICIPIO DE CHA GRANDE, 16, RUA JOÃO PRUDENTE DE SANTANA - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - CHA GRANDE/PERNAMBUCO/BRASIL

ANDINHO (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: CICERA Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL Estado Civil: SOLTEIRO(A) Escolaridade: 2º. GRAU INCOMPLETO Profissão: AGRICULTOR(A)  
Endereço Residencial: MUNICIPIO DE CHA GRANDE, 1, RUA DO CAMPO - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - CHA GRANDE/PERNAMBUCO/BRASIL  
Endereço Comercial: MUNICIPIO DE CHA GRANDE, 1, RUA DO CAMPO - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - CHA GRANDE/PERNAMBUCO/BRASIL

DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: ... Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL

FELIPE MANOEL DA SILVA OLIVEIRA (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: ANA MAIRA DA SILVA Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL Estado Civil: CASADO(A) Escolaridade: 1º. GRAU COMPLETO Profissão: COMERCIANTE  
Endereço Residencial: MUNICIPIO DE CHA GRANDE, 16, RUA JOÃO PRUDENTE DE SANTANA - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - CHA GRANDE/PERNAMBUCO/BRASIL



e 2

30/07/2018 11:07

Relatório de Ocorrência

file:///C:/Users/Polícia civil/.infopol/xml/BOEPreview.html

GRANDE/PERNAMBUCO/BRASIL

### Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

FIAT/UNO (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): FELIPE MANOEL DA SILVA OLIVEIRA, que estava em posse do(a) Sr(a): ANDINHO

Categoria/Marca/Modelo: AUTOMOVEI/FIAT/FIAT MILLEWAY Objeto apreendido: Não  
Cor: PRATA - Quantidade: 0 (UNIDADE NÃO INFORMADA)

Placa: AKV6747 (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO) Renavam: 802476210

### Complemento / Observação

QUE NO DIA SEIS DE ABRIL DO CORRENTE ANO, POR VOLTA DAS QUATORZE HORAS APROXIMADAMENTE, VIAJAVAM NO BANCO TRAZEIRO DO REFERIDO VEÍCULO, QUANDO NA PE 71, PRÓXIMO A DIVISA DESTES MUNICÍPIOS, ISTO É, PRÓXIMO A PONTE, O VEÍCULO QUE VIAJAVAM FOI ATINGIDO POR UM OUTRO VEÍCULO QUE NÃO SABE INFORMAR QUALQUER DETALHE QUE IDENTIFIQUE O VEÍCULO QUE O ATINGIU, QUE NESTE MOMENTO FICOU UM POUCO DESACORDADO, SENDO SOCORRIDO PELO SAMU DA CIDADE DE CHA GRANDE, QUE O CONDUZIU PARA O HOSPITAL REGIONAL DE CARUARU. APÓS DOIS DIAS FOI NOVAMENTE REMOVIDO PARA O HOSPITAL JESUS PEQUENINO NA CIDADE DE BEZERROS, QUE O MESMO FOI INTERNADO COM SUSPEITA DE FRATURA DO FÊMUR, QUE FOI SUBMETIDO A CIRURGIA NO HOSPITAL JESUS PEQUENINO EM BEZERROS, QUE NO MOMENTO DO ACIDENTE O CITADO VEÍCULO ERA DIRIGIDO PELO POPULARANDINO, CONHECIDO DELE VÍTIMA, POIS O PROPRIETÁRIO DO REFERIDO VEÍCULO TERIA EMPRESTADO O MESMO AO POPULARANDINO PARA PEGAR AGUA, QUE DESTE ACIDENTE SOMENTE A PRESENTE VÍTIMA SOFREU LESÃO, QUANTO AO MOTORISTA ESTE NADA SOFREU, QUANTO AO VEÍCULO QUE O ATINGIU, ESTE NEM PAROU PARA PRESTAR SOCORRO, EVADINDO-SE DO LOCAL SEM SER IDENTIFICADO, NADA MAIS A REGISTRAR ENCERRO O PRESENTE BO.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

*Jose Fabiano da Silva*

JOSE FABIANO DA SILVA  
(VÍTIMA)

B.O. registrado por: ANDERSON SOUZA DE SIQUEIRA



## DECLARAÇÃO DE POBREZA

EU, José Fabiano da Silva,  
brasileiro(a), estado civil casado,  
profissão agricultor Inscrito no CPF/MF sob o  
nº 052 439 354 09, e portador da cédula de  
identidade nº 6 637 993, residente e  
domiciliado(a) João Ruente de Santana  
nº 46, bairro Centro,  
CEP 55 636-000 na cidade de  
Chã-Grande / P.E.

Declaro sob as penas da lei, para os fins de concessão da Justiça Gratuita, que não tenho condições de arcar com as custas e despesas processuais, sem sacrifício do meu sustento de minha família, de acordo com os termos da Lei nº 1.060/1950.

Recife, 04 de 11, de 2019

NOME: X José Fabiano da Silva







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 22ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F: ( )

Processo nº **0088335-94.2019.8.17.2001**

AUTOR: JOSE FABIANO DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

### **DECISÃO COM FORÇA DE MANDADO**

1. De início, defiro os benefícios da justiça gratuita ao autor. Dando prosseguimento, observo que a presente demanda se refere a cobrança de seguro **DPVAT**. Essas ações, como de praxe, necessitam de laudo médico para identificar e quantificar o grau da(s) lesão(ões). Esse exame é meio adequado de solução de conflito.

2. Diante do exposto, **determino a produção antecipada de prova pericial**, visando comprovar a existência de lesão e o seu grau, conforme alegado pela parte autora, até mesmo para viabilizar uma composição amigável.

3. Em consequência, **nomeio como perito do juízo o Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO**, CRM-PE n. 16.868, fixando seus honorários em **R\$ 300,00 (trezentos reais)**, que é o novo valor desde 06/04/2017, conforme publicação no DJE/TJPE, página 151, que modificou os termos do **CONVÊNIO n.º 014/2017**, importância estabelecida por meio de convenção entabulada entre a Seguradora Líder e o TJPE (DPVAT/JUR-583/2015 e Ofício nº 005/2015-TJPE/CGSRCAC), sendo oportuno destacar que o citado perito, verbalmente, aceitou o encargo.

4. Assim, **intime-se a ré**, por meio do seu advogado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, **efetivar o depósito judicial do valor de R\$ 300,00, perante a Caixa Econômica Federal**, sob pena de penhora, via BACENJUD e, querendo, oferecer quesitos complementares e indicar assistente técnico.

5. **Intime-se também a parte autora**, por meio do seu advogado, para tomar ciência da presente decisão e, querendo, oferecer quesitos complementares e indicar assistente técnico.

6. Efetivado o pagamento ou não, voltem-me os autos conclusos.

7. Por fim, ressalto que nos termos da proposição do Conselho de Magistratura publicada no DJE de 29/01/2016 (pg. 1163), que preza pela simplificação e agilização processual, a presente decisão tem força de mandado, devendo ser expedida pela Diretoria Cível apenas folha de rosto, a ser assinada pelo servidor competente, com os elementos essenciais a que alude o art. 225 do CPC (destinatário, endereço, etc.), dispensada a assinatura deste juízo.

**Cumpra-se.**

Recife, data e assinatura digital.

psrm





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0088335-94.2019.8.17.2001  
AUTOR: JOSE FABIANO DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**CERTIDÃO HABILITAÇÃO PERITO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, procedi à habilitação do(a)s perito(a)s PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - CPF: 009.226.694-06.

RECIFE, 21 de janeiro de 2020.

**EUDALIA MARIA ALVES FONSECA**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0088335-94.2019.8.17.2001  
AUTOR: JOSE FABIANO DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA  
RECIFE, 21 de janeiro de 2020.

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

**Destinatário(s):**

**Nome:** SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**Endereço:** Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.031-205

Através da presente, fica V. Sa. **CITADO(A)** para tomar ciência de todos os termos da ação em epígrafe, que tramita perante o Juízo acima indicado, e integrar a relação processual, bem como **INTIMADO(A)** para oferecer contestação, tudo conforme decisão prolatada, em anexo, e diante da petição inicial, cujo teor pode ser consultado por meio do endereço eletrônico fornecido neste documento.

**Prazo:** O prazo para responder a ação, querendo, é de **15 (quinze) dias**, contados da juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos.

**Advertência:** Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor na petição inicial (art. 344 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

**Para acessar a Petição Inicial, siga os passos abaixo:**

**1 – Acesse o link:** <https://www.tjpe.jus.br/contrafe1g>

**2 – No campo “Número do Documento”, digite:** 1912191009578800000054886171

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, EUDALIA MARIA ALVES FONSECA, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).

**EUDALIA MARIA ALVES FONSECA**

*Diretoria Cível do 1º Grau*

*Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara*

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0088335-94.2019.8.17.2001  
AUTOR: JOSE FABIANO DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA  
RECIFE, 21 de janeiro de 2020.

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

**Destinatário(s):**

**Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**

**Endereço: Avenida Governador Agamenon Magalhães, 3855, Boa Vista Recife - PE, 50070-160**

Através da presente, fica V. Sa. **CITADO(A)** para tomar ciência de todos os termos da ação em epígrafe, que tramita perante o Juízo acima indicado, e integrar a relação processual, bem como **INTIMADO(A)** para oferecer contestação, tudo conforme decisão prolatada, em anexo, e diante da petição inicial, cujo teor pode ser consultado por meio do endereço eletrônico fornecido neste documento.

**Prazo:** O prazo para responder a ação, querendo, é de **15 (quinze) dias**, contados da juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos.

**Advertência:** Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor na petição inicial (art. 344 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

**Para acessar a Petição Inicial, siga os passos abaixo:**

**1 – Acesse o link: <https://www.tjpe.jus.br/contrafe1g>**

**2 – No campo “Número do Documento”, digite: 1912191009578800000054886171**

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, EUDALIA MARIA ALVES FONSECA, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).

**EUDALIA MARIA ALVES FONSECA**

**Diretoria Cível do 1º Grau**

**Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara**

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0088335-94.2019.8.17.2001  
AUTOR: JOSE FABIANO DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA  
**INTIMAÇÃO DE DECISÃO**

**Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 22ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 56015985, conforme segue transcrito abaixo:**

" 1. De início, defiro os benefícios da justiça gratuita ao autor. Dando prosseguimento, observo que a presente demanda se refere a cobrança de seguro DPVAT. Essas ações, como de praxe, necessitam de laudo médico para identificar e quantificar o grau da(s) lesão(ões). Esse exame é meio adequado de solução de conflito. 2. Diante do exposto, determino a produção antecipada de prova pericial, visando comprovar a existência de lesão e o seu grau, conforme alegado pela parte autora, até mesmo para viabilizar uma composição amigável. 3. Em consequência, nomeio como perito do juízo o Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM-PE n. 16.868, fixando seus honorários em R\$ 300,00 (trezentos reais), que é o novo valor desde 06/04/2017, conforme publicação no DJE/TJPE, página 151, que modificou os termos do CONVÊNIO n.º 014/2017, importância estabelecida por meio de convenção entabulada entre a Seguradora Líder e o TJPE (DPVAT/JUR-583/2015 e Ofício nº 005/2015-TJPE/CGSRCAC), sendo oportuno destacar que o citado perito, verbalmente, aceitou o encargo. 4. Assim, intime-se a ré, por meio do seu advogado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetivar o depósito judicial do valor de R\$ 300,00, perante a Caixa Econômica Federal, sob pena de penhora, via BACENJUD e, querendo, oferecer quesitos complementares e indicar assistente técnico. 5. Intime-se também a parte autora, por meio do seu advogado, para tomar ciência da presente decisão e, querendo, oferecer quesitos complementares e indicar assistente técnico. 6. Efetivado o pagamento ou não, voltem-me os autos conclusos. 7. Por fim, ressalto que nos termos da proposição do Conselho de Magistratura publicada no DJE de 29/01/2016 (pg. 1163), que preza pela simplificação e agilização processual, a presente decisão tem força de mandado, devendo ser expedida pela Diretoria Cível apenas folha de rosto, a ser assinada pelo servidor competente, com os elementos essenciais a que alude o art. 225 do CPC (destinatário, endereço, etc.), dispensada a assinatura deste juízo. Cumpra-se. Recife, data e assinatura digital. "

RECIFE, 21 de janeiro de 2020.

**EUDALIA MARIA ALVES FONSECA**

**Diretoria Cível do 1º Grau**



Aceito o encargo e aguardo agendamento.



PETIÇÃO EM ANEXO.



# ALDAIRTON CARVALHO

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE RECIFE - PE

Processo n.º 0088335-94.2019.8.17.2001

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**,  
devidamente qualificada nos autos desta AÇÃO DE COBRANÇA, vem, por seu advogado,  
perante Vossa Excelência, requerer a juntada da **Guia de Depósito dos Honorários  
Periciais**.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Recife/PE, 19 de fevereiro de 2020.

**MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS**

**OAB/PE 29.559**

2693017



RJ | Av. Rio Branco, 245 8º andar Centro Tel (21) 3037 7704 CEP 20040-009 Rio de Janeiro  
CE | Rua José Alencar Ramos, 385 Luciano Cavalcante Tel (85) 3262 3497 CEP 60813-565 Fortaleza  
[www.aldairtoncarvalho.com.br](http://www.aldairtoncarvalho.com.br)





Data de Emissão: 19/02/2020 - Hora: 14:17:09 #10

## Guia para Depósito Justiça Estadual

1ª VIA - DOCUMENTO DE CAIXA

Para obtenção ID Depósito Acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		Agência / Operação / Conta 2717 040 01778803-2	ID Depósito 040271700522002060
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município RECIFE
Vara 22A VARA CIVEL - SECAO B	Ação de Natureza ( 2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0088335.94.2019.8.17.2001		Tipo de Ação/processo COBRANCA	
Nome do Autor JOSE FABIANO DA SILVA			CPF/CNPJ 052.439.354-09
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Número da Guia 2693017	Data de Emissão 06/02/2020	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 300,00
Autenticação mecânica do depósito  CEF2717001191217022020002171612 300,00COM			





Data de Emissão: 19/02/2020 - Hora: 14:17:09 #10

## Guia para Depósito Justiça Estadual

2ª VIA - TRIBUNAL/VARA

Para obtenção ID Depósito Acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		Agência / Operação / Conta 2717 040 01778803-2	ID Depósito 040271700522002060
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município RECIFE
Vara 22A VARA CIVEL - SECAO B	Ação de Natureza ( 2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0088335.94.2019.8.17.2001		Tipo de Ação/processo COBRANCA	
Nome do Autor JOSE FABIANO DA SILVA			CPF/CNPJ 052.439.354-09
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Número da Guia 2693017	Data de Emissão 06/02/2020	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 300,00
Autenticação mecânica do depósito  CEF2717001191217022020002171612 300,00COM			





Data de Emissão: 19/02/2020 - Hora: 14:17:09 #10

## Guia para Depósito Justiça Estadual

3ª VIA - DEPOSITANTE

Para obtenção ID Depósito Acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		Agência / Operação / Conta 2717 040 01778803-2	ID Depósito 040271700522002060
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município RECIFE
Vara 22A VARA CIVEL - SECAO B	Ação de Natureza ( 2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0088335.94.2019.8.17.2001		Tipo de Ação/processo COBRANCA	
Nome do Autor JOSE FABIANO DA SILVA		CPF/CNPJ 052.439.354-09	
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT		CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04	
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT		CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04	
Número da Guia 2693017	Data de Emissão 06/02/2020	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 300,00
Autenticação mecânica do depósito  CEF2717001191217022020002171612 300,00COM			



PETIÇÃO EM ANEXO





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo nº 0088335-94.2019.8.17.2001

**MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38, sediada na Avenida Governador Agamenon Magalhães, 3855, Boa Vista Recife - PE, 50070-160 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.031-205, nos autos da Ação de Cobrança acima epigrafada, movida por **JOSE FABIANO DA SILVA**, vem, a presença de Vossa Excelência, ofertar, tempestivamente, sua

### CONTESTAÇÃO

com fulcro nos artigos 335 e seguintes do CPC e demais cominações legais pertinentes à espécie, pelas razões de fato e de direito a seguir articuladas.

### DOS FATOS

Alega a autora, em sua inicial, ser beneficiário do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil dos Proprietários de Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, tendo em vista o acidente automobilístico, ocorrido em

MCBHF/2693017

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**

Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone: 362-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**

Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**

Rua Azulejos, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**

Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**

Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007





06/04/2018, no qual teria sofrido danos pessoais ocasionando sua invalidez permanente.

Acreditando fazer jus ao recebimento de indenização, requer a condenação da ré a título de indenização pelo seguro obrigatório DPVAT, acrescido de juros e correção monetária, bem como em honorários advocatícios.

Não obstante as alegações trazidas na inicial, em que pese o acervo de provas, destaca-se que o autor não acostou aos autos documentos suficientes que possam comprovar as sequelas suportadas. Notadamente pelo fato de que a petição inicial não foi instruída com documento indispensável à liquidação do sinistro, qual seja, o Laudo do IML, conforme art. 21, II, a, da Resolução CNSP nº 273, de 2012.

**Somando-se a isso ao ser examinado em avaliação médica pessoal realizada no processo administrativo, ficou constatado que não apresenta nenhum tipo de sequela funcional que enseje indenização em decorrência de acidente causado por veículo terrestre a ser paga pelo Seguro DPVAT. Portanto, se não resultou em sequela, não há que se falar em indenização, devendo ser negado o pleito autoral, o que requer desde já.**

#### CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

##### **DA IMPRESCINDÍVEL OITIVA DO AUTOR EM AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**

Inicialmente, a peticionante pugna pelo agendamento da Audiência de Instrução e Julgamento, a fim de que seja a parte demandante ouvida para os devidos esclarecimentos, tais como: data, local e dinâmica do sinistro, características do veículo causador do acidente, confirmação da legitimidade e se houve ou não acionamento administrativo, assim como o seu resultado sem ou com pagamento da indenização e o respectivo valor.

Ressalte-se que o objeto desta demanda se enquadra perfeitamente no que disciplinam os artigos 357, inciso V, 358 e 361, todos do Código de Processo Civil, requerendo, portanto, o agendamento da AIJ.

***Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:***

***V - designar, se necessário, audiência de instrução e julgamento.***

MCBHF/2693017

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone: (62) 3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azuleiros, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone: (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone: (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone: (71) 3052-5007





**Art. 358. No dia e na hora designados, o juiz declarará aberta a audiência de instrução e julgamento e mandará apregoar as partes e os respectivos advogados, bem como outras pessoas que dela devam participar.**

**Art. 361. As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente:**

**II - o autor e, em seguida, o réu, que prestarão depoimentos pessoais;**

Tudo sem prejuízo de outros questionamentos e produção de provas que Vossa Excelência entenda necessária para a comprovação do fato, da lesão alegada e o nexo de causalidade, além dos demais esclarecimentos definitivos à adequada defesa e regular condução do processo.

É imperativo, ainda, que o ilustre julgador observe atentamente a comprovação do nexo causal entre a invalidez do autor e o suposto acidente automobilístico noticiado, a fim de aferir verossimilhança ao pleito autoral, além de oportunizar à contestante o mais amplo e irrestrito devido processo legal, com a ampla defesa e o contraditório, nos termos do artigo 5º, incisos LIV, LV, da CF/88.

**Art. 5º.**

**LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;**

**LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;**

Porquanto, somente através do Boletim de Ocorrência expedido por autoridade policial competente, narrando minuciosamente o ocorrido, bem como a comprovação da lesão e a sua extensão, através de Laudo Oficial do IML, será possível estabelecer o elo entre a alegada invalidez e o acidente automobilístico.

Por fim, faz-se necessário, igualmente, deixar claro a obediência aos Princípios Constitucionais da Razoabilidade e da Proporcionalidade nos eventuais pagamentos das indenizações do Seguro DPVAT, quando se tratar de invalidez permanente.

### DA CARÊNCIA DE AÇÃO

MCBHF/2693017

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone: 362-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone: (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone: (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone: (71) 3052-5007





**DA FALTA DE DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO  
(LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO)**

Deve ser verificado por este juízo que o autor não provou o seu direito, como a lei ordena, pois **IMPRESCINDÍVEL O LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL CONCLUSIVO**, com o **relato minucioso** da sua alegada incapacidade e ainda o **GRAU DA SUPOSTA INVALIDEZ**, nos termos da **Medida Provisória 451/2008, transformada na Lei 11.945/2009, abaixo transcrita:**

Art. 20. Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até noventa dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.**

Cediço é que para se averiguar a alegada invalidez do autor e o seu respectivo grau de incapacidade, necessário se faz o Laudo do IML em conformidade com as regras estatuídas e com as informações técnicas suficientes para se constatar o valor a ser indenizado, isso na hipótese de efetivamente existir a suposta incapacidade, que gere a pretensão indenizatória.

NECESSÁRIO CONSTAR NO LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL:

- RELATO PORMENORIZADO DA ALEGADA INCAPACIDADE;
- GRAU DA SUPOSTA INVALIDEZ;
- DEFINITIVIDADE DA INVALIDEZ.

Assim, é necessário que seja verificado por este juízo que com os documentos acostados aos autos a autora não comprovou em graus específicos sua alegada invalidez.

Somando-se ao fato de que em avaliação médica pessoal realizada no processo administrativo, por laudo médico elaborado ficou constatado que a demandante não apresenta nenhum tipo de sequela funcional que enseje indenização por acidente causado por veículo terrestre. Conforme o referido laudo o patrimônio do autor não indica comprometimento de nenhum segmento que tenha resultado em algum tipo de sequela de corrente do sinistro ocorrido em **06/04/2018**. Assim, como bem se sabe, não havendo sequela, conseqüentemente não resulta em pagamento de indenização referente ao sinistro ora indicado. Dessa forma, não há indicação de nenhum tipo de sequela funcional que enseje indenização a ser coberta pelo DPVAT.

MCBHF/2693017

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone: (21) 3037-7704

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azuleiros, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone: (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone: (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone: (71) 3052-5007





Assim sendo, temos que a autora não comprovou nos autos a existência de seu Direito como a Lei ordena, e, nem ao menos juntou os documentos indispensáveis à propositura da presente Ação, assim, restando configurada a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, em consonância com o disposto no artigo 485, inciso IV, da Lei Adjetiva Civil, deve o processo ser extinto sem julgamento de mérito.

### **DO MÉRITO**

#### **DA IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE OCORRÊNCIA POLICIAL**

No caso, a peça que foi juntada aos autos não serve para comprovar que as lesões sofridas pela autora foram decorrentes de um acidente automobilístico, tendo em vista que o documento acostado aos autos **foi elaborado a partir das informações prestadas pelo comunicante, própria vítima, ora autor.**

Logo, essa Certidão não se presta para demonstrar que o sinistro tenha ocorrido nem comprova o nexo de causalidade entre o alegado acidente e as supostas lesões, pois não descreve a dinâmica do acidente.

E o artigo 5º, § 1º, alínea "a", da Lei 6.194/74, é claro ao dispor:

"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

**a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;** (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992) (grifamos).

O acidente de alguém no trânsito tenha este ocorrido em qualquer época dos últimos anos da vida brasileira, merece mais do que um simples registro para recebimento

MCBHF/2693017

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone: 362-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone: (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone: (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone: (71) 3052-5007





de seguro, eis que outro alguém deve ser ao menos investigado para apuração de sua conduta, ainda que apenas culposa.

Aceitar-se que nem ao menos um registro de ocorrência seja lavrado na época da ocorrência do acidente de trânsito, é acreditar-se que a vida neste país não vale nada e que no trânsito pode-se tudo, sem que ao menos a informação do fato seja do interesse da polícia.

Se a autora informa nestes autos que efetivamente foi vítima de acidente de trânsito, algum registro policial deveria ter sido lavrado. Ainda que tal certidão fizesse prova de que o acidente ocorreu, não faria prova de que a lesão decorreu do alegado acidente. O artigo 405 do Código de Processo Civil determina que

“o documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o chefe de secretaria, o tabelião ou o servidor declarar que ocorreram em sua presença”.

Corroboram o entendimento de que a certidão anexada aos autos não cumpre o objetivo de “fazer prova do acidente e do dano decorrente” como é exigido pelo artigo 5º da Lei 6194/74, (redação não alterada pela lei 8.441/92), os seguintes julgados:

“Documento público, contendo declarações de um particular, faz certo, em princípio, que aquelas foram prestadas. Não se firma a presunção, entretanto, de que seu conteúdo corresponde a verdade.” (RSTJ 74/292)

“Documento público faz prova dos fatos que o funcionário declarou que ocorreram na sua presença. Assim, tratando-se de declarações de um particular, tem-se como certo, em princípio, que foram efetivamente prestadas. Não, entretanto, que o seu conteúdo corresponda à verdade.” (RSTJ/87/217)

Na mesma linha, é difícil imaginar que um acidente automobilístico com vítima não tenha sequer gerado, à época dos fatos, a instauração de um Boletim de Ocorrência. Isto porque, como é sabido, trata-se de um ilícito penal que exige a abertura de uma investigação para que, eventualmente, responsabilidades sejam atribuídas - ainda que de natureza culposa.

Conclui-se, portanto, que a Certidão de Ocorrência juntada não se mostra eficaz para os fins pretendidos por não evidenciar, com a segurança necessária, a ocorrência do acidente automobilístico. Resta, assim, ausente um dos requisitos para a percepção da indenização pleiteada.

#### **DA INVALIDEZ PERMANENTE E DO VALOR INDENIZATÓRIO**

MCBHF/2693017

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone: 362-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone: (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone: (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone: (71) 3052-5007





O inciso II do artigo 3º. da Lei 11.482/2007, não alterado neste ponto pela MP 451/2008, em vigência na data do suposto sinistro, prevê os seguintes limites de indenização:

Cobertura	Indenização (R\$)
Morte	R\$ 13.500,00
<b>Invalidez Permanente</b>	<b>ATÉ R\$ 13.500,00</b>
Despesas de Assistência Médica e Suplementares (DAMS)	Até R\$ 2.700,00

Note que a indenização em caso de invalidez é de **ATÉ** R\$13.500,00. Não há um valor fixo como no caso de morte. O valor da indenização é gradativo de acordo com o grau e a extensão da lesão, devendo ser verificado se é PARCIAL OU TOTAL.

Ora Excelência, conclui-se, pois, que se existe a preposição **ATÉ**, a intenção do legislador ao elaborar a norma foi estabelecer maiores indenizações aos mais prejudicados, ou seja, a pessoa que perdeu as duas pernas receberá um percentual maior do que a pessoa que perdeu um dedo. Daí a expressão **ATÉ** R\$ 13.500,00.

Os parágrafos 1º e 5º acrescentados respectivamente aos Art. 3º e 5º da Lei 6.194/74 pela MP451/2008 dispõem:

**§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:**

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na alínea "a", procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinquenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão,

MCBHF/2693017

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone: 362-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone: (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone: (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone: (71) 3052-5007





adotando-se ainda o percentual de dez por cento, nos casos de seqüelas residuais.

Nesse sentido

“Art. 5º .....

.....  
§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até noventa dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

.....” (NR)

Note que a Lei prevê a utilização da tabela para cálculo de indenização em casos de invalidez permanente, sejam parciais ou totais.

As determinações impostas pela MP 451/2008, convertida na Lei 11.495/2009, confirmaram o entendimento já predominante nos Tribunais de Justiça, inclusive no E. STJ, conforme recente decisão, *in verbis*:

**RECLAMAÇÃO Nº 5.465 - SC (2011/0045328-1)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**

RECLAMANTE : MBM SEGURADORA SA

ADVOGADO : SERGIO BERMUDEZ E OUTRO(S)

RECLAMADO : PRIMEIRA TURMA DE RECURSOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

INTERES. : NAIANE CARNEIRO DA SILVA

**EMENTA**

PROCESSO CIVIL E CIVIL. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROLATADO POR TURMA RECURSAL ESTADUAL E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DPVAT. INVALIDEZ PARCIAL. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE.

- A presente reclamação deriva de decisão, no âmbito dos EDcl no RE 571.572-8/BA, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 14.09.2009, do Pleno do STF que consignou que “enquanto não for criada a turma de uniformização para os juizados especiais estaduais, poderemos ter a manutenção de decisões divergentes a respeito da interpretação da legislação infraconstitucional federal”, tendo, por conseguinte, determinado que, até a criação de órgão que possa estender e fazer prevalecer a aplicação da jurisprudência do STJ aos Juizados Especiais Estaduais, “a lógica do sistema judiciário nacional recomenda-se dê à reclamação prevista no art. 105, I, f, da CF, amplitude suficiente à solução deste impasse”.

MCBHF/2693017

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone: 362-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azuleiros, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone: (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone: (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone: (71) 3052-5007





- É válida a utilização de tabela para a redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT, em situações de invalidez parcial. Precedentes.
  - Reclamação conhecida e provida. (grifamos)
- Brasília (DF), 15 de março de 2011.

**Além deste julgado, inúmeros outros se seguiram, comprovando que a matéria já possui entendimento uníssono naquela E. Corte, considerando a proporcionalidade da indenização em razão da lesão, independentemente do ano em ocorreu o sinistro:**

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE.

1. É válida a utilização de tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT, em situações de invalidez parcial. Precedente.

2. Recurso conhecido e improvido.

**(REsp 1101572/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 25/11/2010)**

DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PERÍCIA MÉDICA. APURAÇÃO DO GRAU DA LESÃO SOFRIDA. PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO. PRECEDENTES.

I.- Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade. Precedentes.

II.- Agravo Regimental improvido.

**(AgRg no Ag 1341965/MT, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/10/2010, DJe 10/11/2010)**

CIVIL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO GRAU DE INVALIDEZ. LIMITE. CABIMENTO. PRECEDENTE. DESPROVIMENTO.

**(AgRg no Ag 1320972/GO, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 14/09/2010, DJe 24/09/2010)**

Por fim, com o fito de expor cabalmente seu entendimento sobre a matéria posta em exame, o **Superior Tribunal de Justiça** editou súmula que ratifica a necessidade de aplicar a proporcionalidade de pagamento de indenizações referentes à invalidez permanente, senão vejamos:

### **SÚMULA n. 474**

**A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao**

MCBHF/2693017

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone: 362-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone: (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone: (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone: (71) 3052-5007





**grau da invalidez. Rel. Min. Luis Felipe Salomão, em 13/6/2012.**

A leitura dos precedentes da mencionada Súmula não deixa qualquer dúvida de que o grau da invalidez deve ser enquadrado na tabela anexa a Lei 11.945/2009. Para ilustrar, pedimos *vênia* para transcrever um dos precedentes da Súmula 474 do STJ:

**AgRG no REsp: 1298551 / MS  
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0299359-8  
MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO. CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL.  
DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO  
PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE  
NEGA PROVIMENTO.**

**1. Em situações de invalidez parcial, é correta a utilização de tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT. Interpretação do art. 3º, "b", da lei 6.194/74. Precedentes.**

**2. Agravo regimental a que se nega provimento.**

Com efeito, o descumprimento da Súmula por parte das Turmas Recursais do Maranhão já foi objeto Reclamação junto ao E. STJ. Vejamos a decisão:

**Rcl: 10.093 / MA  
Registro: 2012/0205425-3  
Ministro: Antônio Carlos Ferreira  
Reclamante: Bradesco Seguros S/A  
Reclamado: Quinta Turma Recursal Cível e Criminal de São Luís - MA**

**A seção, por unanimidade, julgou procedente a reclamação para determinar que o valor da indenização seja arbitrado de forma proporcional ao grau de invalidez do beneficiário, em conformidade com a Súmula 474/STJ, nos termo do voto do Sr. Ministro Relator.**

Vale também indicar a este Nobre Juízo que, no caso dos autos, na hipótese de restar comprovada a invalidez permanente da autora, esta deverá ser graduada conforme manda a Lei, definindo se a incapacidade funcional do membro foi de cunho completo ou parcial.

Assim o cálculo para aferição do valor indenizável seria:

Valor Limite x (%) Cobertura x (%) Avaliado pelo perito do IML.

Assim, o enquadramento seria, hipoteticamente (caso o dano seja aferido como permanente), de perda parcial incompleta, devendo obedecer aos parâmetros legais

MCBHF/2693017

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone: 362-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone: (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone: (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone: (71) 3052-5007





acima citados (inciso II, do §1º. do art.3º. da Lei 6194/74 – nova redação dada pela Lei 11945/09), **para perdas de repercussão intensa (75%), média (50%) ou leve (25%), sendo estes percentuais calculados com base no limitador, referência proporcional na Tabela para cada lesão.**

Como se vê, a nova lei nada mais fez do que privilegiar o Princípio Constitucional da Proporcionalidade que permeia todo o nosso ordenamento jurídico, no sentido de verificar caso a caso, a gravidade das lesões sofridas, *“tratando desigualmente os desiguais, a medida que se desigualem”*, pois não seria razoável, fixar um só valor invariável, para cobrir lesões diversas, pois senão, aquele que fraturasse um dedo médio, alcançaria a mesma indenização daquele que viesse a amputar ambos os membros inferiores, por exemplo.

No caso concreto a requerente não carrou aos autos laudo do IML quantificando as lesões de caráter permanente, portanto, deve o feito se extinto sem o julgamento do mérito.

#### **CORREÇÃO MONETÁRIA – CONTAGEM INICIAL E CÁLCULO**

A incidência da correção monetária nos débitos decorrentes de decisão judicial foi instituída pela Lei nº 6.899, de 08.04.81, cujo artigo 1º estabelece:

**“A correção monetária incide sobre qualquer débito resultante de decisão judicial, inclusive sobre custas e honorários advocatícios.**

**§ 1º Nas execuções de títulos de dívida líquida e certa, a correção será calculada a contar do respectivo vencimento.”**

**§ 2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação”.**

O artigo 2º da lei determinou que o Poder Executivo regulamentasse, em sessenta dias, a forma para o cálculo da correção monetária.

O Poder Executivo cumpriu o que lhe fora determinado, editando o Decreto nº 86.649, de 25 de novembro de 1981. O artigo 1º desse decreto e seu parágrafo único dispõem:

**“Art. 1º Quando se tratar de dívida líquida e certa, a correção monetária a que se refere o art. 1º da Lei nº 6.899, de 8 de abril de 1981, será calculada multiplicando-se o valor do débito pelo coeficiente obtido mediante a divisão do valor nominal reajustado de uma Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) no mês em que se efetivar o pagamento (dividendo) pelo valor da**

MCBHF/2693017

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone: 362-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone: (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone: (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone: (71) 3052-5007





**ORTN no mês do vencimento do título (divisor), com abandono dos algarismos a partir da quinta casa decimal, inclusive.**

**Parágrafo único. Nos demais casos, o divisor será o valor da ORTN no mês do ajuizamento da ação.”**

A redação supra permite elaborar a seguinte tabela:

NATUREZADO DÉBITO	DIVIDENDO	DIVISOR
Título de dívida líquida e certa	Valor nominal da ORTN no mês do pagamento	Valor nominal do ORTN no mês do vencimento
Demais casos	Valor nominal da ORTN no mês do pagamento	Valor nominal do ORTN no mês do ajuizamento da ação

Débito de natureza líquida e certa é aquele que decorre de título com liquidez, certeza e exigibilidade, a teor do art. 783 do Código de Processo Civil, assim:

“A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível.”

Por sua vez, o art. 784 do codex instrumentallis elenca, nos seus XII incisos, o que deve ser considerado título executivo extrajudicial e entre eles não se encontra o seguro DPVAT. E não se encontra porque, no seguro DPVAT, o pagamento da indenização exige um procedimento, denominado “regulação de sinistro”, que consiste na apreciação e crítica de todas as situações fáticas e documentais, o mesmo acontecendo com o processo judicial, que deve ser precedido de fase instrutória com ampla oportunidade de contraditório.

O seguro obrigatório DPVAT não se traduz em crédito previamente líquido e certo, incondicionado, posto que suscetível de muitas variantes e controvérsias, quer no que concerne à sua própria cobertura, quer ao nexo causal com o acidente de trânsito, legitimidade do beneficiário do seguro, quantum indenizável etc. O seguro DPVAT não reúne os matizes da liquidez, certeza e exigibilidade, imprescindíveis ao título executivo extrajudicial.

É inquestionável, portanto, que a correção monetária, na ação relativa ao seguro DPVAT, inclui-se NOS DEMAIS CASOS previstos na Lei nº 6.899/81, devendo o seu cálculo levar em consideração, como DIVISOR, o índice de atualização vigente NO MÊS DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO.

MCBHF/2693017

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone: 362-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone: (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone: (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone: (71) 3052-5007





Qualquer decisão que conduza a coeficiente que leve em consideração outro DIVISOR representa uma afronta direta à Lei nº 6.899/81 e ao Decreto nº 86.649/81, que a regulamentou, e que são aqui expressamente prequestionados.

### **JUROS MORATÓRIOS – CABÍVEIS APENAS A PARTIR DA CITAÇÃO**

Sendo a **Mora** o ato de tardar, delongar a execução ou o cumprimento de uma obrigação no momento convencionado, e considerando, por sua vez, que **Juros** são a remuneração do capital ou a retribuição que o credor recebe do devedor pela **demora** no pagamento do que é devido àquele, tem-se, assim, que **juros de mora** compreendem a sanção que o devedor inadimplente deve suportar pelo não pagamento tempestivo da sua dívida.

O devedor, porém, só se torna inadimplente a partir do instante em que deixou de pagar o que devia. **Antes disso, não há mora. Por conseguinte, juros não são devidos.**

A mora inexistente, se ao devedor não for imputado fato ou omissão que a ela tenha dado causa (Código Civil, art. 396). **Apenas nos casos em que a obrigação decorra de ato ilícito, a mora incide desde a prática do ato (Código Civil, art. 398).**

É significativo observar que os artigos acima mencionados, integrantes do Código Civil de 2002, praticamente repetem a redação do Código de 1916 sendo que alguns artigos conservam integralmente a redação anterior (v.g., 396/963, 397/960). **Isto importa em concluir que, neste ponto, a mens legislatoris de 1916 se manteve inalterada, o que constitui inabalável razão para ser respeitada.**

O seguro DPVAT materializa-se por meio de um contrato *sui generis*, mas sempre um contrato. Sendo, como é, um contrato de seguro, não foge à índole eminentemente indenizatória que o caracteriza, nos exatos termos dos artigos 757 e 781 do Código Civil, de vez que o *interesse legítimo* do segurado não pode ser superior aos seus *reais prejuízos* e a *indenização* não pode ultrapassar o valor desse interesse. Outra não era a regra estampada no artigo 1.432 do Código Civil de 1916.

A responsabilidade que decorre desse pacto para ambas as partes É **CONTRATUAL E NÃO EXTRACONTRATUAL.**

A obrigação que flui do contrato de seguro, qualquer que seja ele, inclusive o DPVAT, **não** é líquida e certa, de vez que o pagamento da indenização exige um procedimento, denominado “*regulação de sinistro*”, que consiste na apreciação e crítica de todas as situações fáticas e documentais, o mesmo acontecendo com o processo judicial, que deve ser precedido de fase instrutória com ampla oportunidade

MCBHF/2693017

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone: 362-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azuleiros, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone: (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone: (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone: (71) 3052-5007





de contraditório. **Se a obrigação fosse líquida, certa e exigível, a cobrança do seguro DPVAT seria executiva. No entanto, o art. 10 da Lei n.º 6.194 prevê o procedimento sumaríssimo (atual, sumário) nas ações respectivas.**

É óbvio que a seguradora só sabe que ocorreu um sinistro capaz de gerar obrigação de indenizar se o interessado, beneficiário ou segurado, apresentar reclamação administrativa ou acioná-la judicialmente.

Portanto, é antijurídica a contagem de juros a partir do sinistro ou do pagamento efetuado em sede administrativa, porque a transação em si não significa a prática de qualquer delito de parte da seguradora, única situação em que a mora incide desde a prática do ato (Cód. Civil, art. 398). E a mora inexistente, se ao devedor não for imputado fato ou omissão que a ela tenha dado causa (Cód. Civil, art. 396).

Nas ações judiciais, o Código Civil é taxativo ao estabelecer: **“Contam-se os juros de mora desde a citação inicial”** (art. 405).

Esse tema foi pacificado através da **Súmula n.º 426 do STJ**:

**“Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”**

Portanto, os juros são devidos a partir da citação, conforme determina a lei.

#### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Tendo em vista o baixo grau de complexidade do feito, sua natureza, o local onde tramita e a celeridade da demanda, em caso de condenação, o que se admite apenas por argumentar, requer sejam fixados os honorários advocatícios no mínimo legal de 10%, conforme dispõe o artigo 85, § 2º do CPC.

Contudo, se isto não ocorrer, sendo a autora beneficiária de assistência judiciária gratuita se requer que seja respeitado o limite de 15% estabelecido pelo art. 11, §1º, da Lei nº 1.060/50, que determina:

“Art. 11. Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciários serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

§ 1º. Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz **até o máximo de 15% (quinze por cento)** sobre o líquido apurado na execução da sentença.” (grifo nosso)

MCBHF/2693017

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone: (21) 3037-7704

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azuleiros, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone: (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone: (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone: (71) 3052-5007





Nesse sentido, já se pronunciou nossa jurisprudência:

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO – 1. Apontando a parte embargante que houve condenação em honorários fora dos limites do art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060/50, dele não cuidando o Acórdão recorrido, impõe-se a integração, ainda mais considerando a divergência jurisprudencial que existe sobre o ponto. 2. Recurso especial conhecido e provido. (STJ – REsp – 297716 – MG – 3ª T. – Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito – DJU 01.10.2001 – p. 00211)

**Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:**

EMBARGOS DECLARATÓRIOS – AJG – VERBA ADVOCATÍCIA FIXADA EM PERCENTUAL QUE EXCEDE À LIMITAÇÃO DA LEI 1.060/50 – PREQUESTIONAMENTO – Equívoco na fixação dos honorários de advogado em 20% do valor da condenação. Afronta ao art. 11, § 1º da Lei 1.060/50. Limitação ao percentual de 15% que se impõe. Ausência de omissão substancial na apreciação da controvérsia jurídica central, segundo estabelece o art. 535, II do CPC. (TJRS – EDcl 70005256284 – 9ª C.Cív. – Rel. Des. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino – J. 27.11.2002)

Assim, requer que, havendo condenação ao pagamento de honorários advocatícios, que seja arbitrada no mínimo legal (10%) e, se isto não ocorrer, que seja observado o teto estabelecido pela Lei de Assistência Judiciária Gratuita de 15% sobre o valor da condenação.

**DOS PEDIDOS**

Inicialmente, requer que sejam atendidas as questões suscitadas em preliminar, especialmente a oitiva do autor para esclarecimentos dos fatos alegados e a realização de exame pericial minucioso, como determina a Lei.

Superadas essas questões, requer a extinção do processo sem resolução do mérito, tendo em vista que o autor não conseguiu provar a extensão de sua debilidade, eis que, neste sentido, não trouxe aos autos o laudo oficial do IML, conforme exige a Lei.

Em último caso, na remota possibilidade de sofrer a Ré qualquer condenação, que sejam observados os limites aduzidos nessa peça de bloqueio. No sentido de que:

MCBHF/2693017

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Tel: 3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone: (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone: (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone: (71) 3052-5007





- que sejam observadas as alterações trazidas pelas Medidas Provisórias nº 340/2006 e 451/2008, mantidas pelas Leis 11482/2007 e 11.945/2009, tanto no valor máximo indenizatório fixado quanto pelo que prevê que a invalidez é parcial ou total.

- que sejam os juros contabilizados desde a citação válida e a correção monetária desde o ajuizamento da ação.

- que seja a verba honorária fixada no mínimo legal de 10% e, se isto não ocorrer, que seja observado o teto estabelecido pela Lei de Assistência Judiciária Gratuita de 15% sobre o valor da condenação.

Protesta-se pela produção de todas as provas admitidas em direito, em especial depoimento pessoal do autor, sob pena de confissão, juntada posterior de documentos, bem como qualquer prova que V.Exa. entenda necessária.

Por fim, vem, requerer a inclusão do nome da advogada **MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS**, a fim de que a mesma seja intimada e notificada de todos os atos judiciais que se fizerem acontecer, sob pena de nulidade nos termos do Art. 272, e seguintes do CPC.

Nestes Termos,  
Pede deferimento

Recife/PE, 21 de Fevereiro de 2020.

**MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS**  
**OAB/PE 29.559**

MCBHF/2693017

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone: (21) 3037-7704

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone: (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone: (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone: (71) 3052-5007





**ANEXO I**

(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez	50

MCBHF/2693017

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
262-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azuleiros, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007





completa) ou da visão de um olho	
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

MCBHF/2693017

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**

Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone: (21) 3037-7704

**RIO DE JANEIRO - RJ**

Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**

Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone: (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**

Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone: (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**

Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone: (71) 3052-5007





### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 158.222, na OAB/CE sob o nº 16045 e na OAB/PE sob o nº 1170-A; **LIANA CLODES BASTOS FURTADO**, inscrita na OAB/CE sob o nº 16897 e na OAB/PE sob o nº 1171-A; **RICARDO LASMAR SODRÉ**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 88.826; **RAFAEL DE MORAES CORDEIRO ORLANDO**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 135.625; **MARCELLE SOARES FARIA ROSA**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 111323; **DINA CLAUDIA DOS REIS PEREIRA SOARES**, inscrita na OAB/MA sob o nº 11.143-A; **MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS**, inscrita na OAB/PE sob o nº 29.559; **RAQUEL QUEIROZ LIMA**, inscrita na OAB/CE sob o nº 17926; **ANTONIO DOS SANTOS MOTA**, inscrito na OAB/CE sob o nº 19283; **JEANN CALIXTO SOUSA OLIVEIRA**, inscrito na OAB/MA sob o nº 9163; **SIDNEI DE OLIVEIRA PAULO**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 171.129; TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA ALDAIRTON CARVALHO SOCIEDADE DE ADVOGADOS S/S, com escritório na Av. Rio Branco, nº 248, 8º andar, CEP 20.040-009 - Centro- Rio de Janeiro, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Julzo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, **ficando, desde já,**

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro





Seguradora Líder - DPVAT

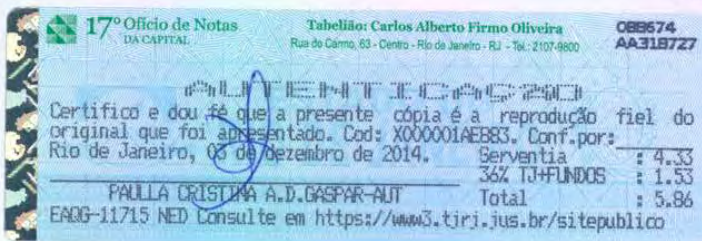
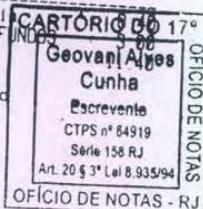
**VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

1º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800  
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ  
MARCIO BARBOSA NORTON (X000000BF596)  
Rio de Janeiro, 28 de maio de 2014. Conf. por:  
Em testemunho de verdade. Serventia 36% TJ+FUNDOS  
Geovani Alves Cunha, Aut. Total  
EAGL-62523 GUK. EAGL-62524 MUR  
10015 Consulte em <https://www3.tirijus.br/sitepublico>



Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.

# Parte V Publicações a Pedido

www.imprensaoficial.rj.gov.br

## DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Esta Parte é editada eletronicamente desde 23 de janeiro de 2006

### ATAS, CERTIDÕES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Associações, Sociedades e Firms

BRASIL BANEAMENTO S.A.  
CNPJ nº 06.108.561/0001-30  
NIRE: 33.002.272.21-2

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA Brasil Baneamento S.A. realizada em 31/08/09, às 10 horas, na sede social da Companhia, na Av. Rio Branco, 26, sala 1002 (parte), Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, 2. Participação e Presença: Convocação dispensada, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, face à presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme lista de presença (Anexo I). 3. Mesa: Presidente: João Manuel Quevedo Pereira Coutinho; Secretária: Renata Pereira Lobo e Silva; 4. Deliberações: tomadas pela unanimidade dos acionistas: 4.1 - Aumentar o capital social da Companhia em R\$ 2.148.960,00, mediante a emissão de 2.148.960 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, fixado de acordo com o inciso I do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76, sendo o totalidade do preço de emissão destinada à formação do capital social, que passa de R\$ 49.134.968,00 para R\$ 51.283.948,00. 4.2 - Mediar a aprovação de todos os acionistas da Companhia, as 2.148.960 novas ações emitidas são, neste ato, totalmente subscritas pela acionista SOC Internacional S/A, do preço de emissão total de R\$ 2.148.960,00, sendo este valor totalmente integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, conforme o Boletim de Subscrição (Anexo II). 4.3 - Em decorrência do deliberado nos itens anteriores, aprovar a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 51.283.948,00, dividido em 51.283.948 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal". 4.5 - Aprovar a lavatura desta ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, mudou-se a presente Ata de Assembleia Geral Extraordinária, que foi aprovada e assinada por unanimidade dos acionistas. 6. Assinaturas: Presidente da Assembleia: João Manuel Quevedo Pereira Coutinho; Secretária da Assembleia: Renata Pereira Lobo e Silva; Acionistas: SOC Internacional S/A, Victor Baneamento Ltda.; Alessandro Edeodoro Faria; João Manuel Marques Rodrigues Rêgo; João Manuel Quevedo Pereira Coutinho e Carlos Genísio Langoni. Confira com o original lavrado em livro próprio, Rio de Janeiro, 31/08/09, Renata Pereira Lobo e Silva - Secretária da Assembleia. JUCERJ 0000195110 em 09/02/2009. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

ME: 848175

MEGAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.  
CNPJ/MF: 10.324.824/0001-18  
NIRE: 33.3.0028810-4

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06/03/2009, 1. Local, data e hora: 06/03/2009, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Candelária, nº 85, 20º andar - parte, Centro. 2. Presença: Acionistas representando a tota-

### SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações	
Associações, Sociedades e Firms	1
Atas, Editais e Termos	
Associações, Sociedades e Firms	6
Extravio de Documentos	8
Leilões Extrajudiciais	8

lide do capital social da Companhia, conforme registrado no Livro de Presença de Acionistas assinado e arquivado na sede da Companhia, estando presente também o Diretor-Presidente da Companhia, Sr. Damilão Carlos Moreno Tavares, e o Presidente do seu Conselho de Administração, Sr. Antonio Luiz Beneditos Xavier. 1. Mesa: Presidente: Sr. Antonio Luiz Beneditos Xavier; Secretário: Sr. Damilão Carlos Moreno Tavares. 4. Convocação: Dispensada a convocação na forma do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. 5. Deliberações: (I) Deliberar sobre aumento de capital da Companhia; e (II) deliberar sobre a correspondente alteração do art. 5º do estatuto social da Companhia em função do aumento de capital. 6. Deliberações: Foi aprovado, pela unanimidade dos acionistas, a lavatura da presente ata sob a forma de sumário e sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, na forma do art. 130 da Lei nº 6.404/76. Por unanimidade de votos dos acionistas, foram aprovadas as seguintes deliberações: 6.1. Foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 549.999.000,00 (secentos e quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil reais), mediante a emissão de 549.999.000 (secentos e quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O preço de emissão das ações foi fixado com a concordância de todos os acionistas presentes em R\$ 1,00 (um real) por ação, levando-se em consideração o valor de parâmetro líquido da Companhia em 04/02/2009. Com a emissão das novas ações, que renunciarão aos seus respectivos direitos de preferência para a subscção das novas ações, a acionista Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR, subscorreu a totalidade do aumento de capital em deliberado, nos termos do Boletim de Subscrição firmado pela acionista, que fica arquivado na sede da Companhia. 6.2. Em decorrência do aumento de capital ora aprovado, o art. 5º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social é de R\$ 650.000.000,00 (secentos e cinquenta milhões de reais), dividido em 650.000.000 (secentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias, todas sem e forma nominativas e sem valor nominal". Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas: Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR, Gustavo Nunes da Silva Rocha, José Eduardo Alves Porto Junior, Antonio Carlos Magalhães Lima Pires, Alexandre Louzada Tourinho, Marcelo Andreotti Perillo, Igor Azeiteiro do Souto, Carlos Fernando Costa, Roberto Henrique Gremier, Fábio Maimoni Gonçalves, Jaisson Lage Maciel, Henrique Carlos Perra Perra, Carlos Alberto Rosa, Antonio Luiz Beneditos Xavier, Art. Sarmiento do Valle Barbosa, Izabela Campos Alcântara Lemos e Maria Tereza de Souza Silva. Acionistas Presentes: Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR, Gustavo Nunes da Silva Rocha, José Eduardo Alves Porto Junior, Antonio Carlos Magalhães Lima Pires, Alexandre Louzada Tourinho, Marcelo Andreotti Perillo, Igor Azeiteiro do Souto, Carlos Fernando Costa, Roberto Henrique Gremier, Fábio Maimoni Gonçalves, Jaisson Lage Maciel, Henrique Carlos Perra Perra, Carlos Alberto Rosa, Antonio Luiz Beneditos Xavier, Art. Sarmiento do Valle Barbosa, Izabela Campos Alcântara Lemos e Maria Tereza de Souza Silva. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro pró-

prio. Mesa: Antonio Luiz Beneditos Xavier - Presidente; Damilão Carlos Moreno Tavares - Secretário. JUCERJ nº 0000186844 em 10/03/2009. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

ME: 848176

CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A

CONSTRUTORA DAS LTDA

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAIABA LTDA

TERMO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSORCIO, QUE ENTRE SI FAZEM: CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A - CNPJ nº 33.412.792/0001-40, CONSTRUTORA DAS LTDA - CNPJ nº 14.316.377/0001-04 e CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAIABA LTDA - CNPJ nº 33.192.873/0001-00. 1) Terá como objetivo a execução para o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes, o projeto de construção de uma infraestrutura de transporte de passageiros, denominada DNIT, dos serviços necessários a realização das Obras de Implantação e Pavimentação na Rodovia BR-448/RS Trecho Enx. Km 115/RS-118 (Sequência do Sul - Entr. BR-200/RS, Km 14,4 - Km 22,34, compreendendo no LOTE 3 da Concorrência Pública nº 197/2009-00. 2) O Consórcio terá endereço na Avenida Rio Branco, 156 - 30º andar, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, CEP: 20090-000 e foro na cidade de Porto Alegre/RS, com duração igual ao necessário para a integral execução do contrato nº 492/09-00, terminando de pleno direito quando as obras sob as quais o CONSORCIO se incumbiu de fazer forem entregues e todas as obrigações dele decorrentes sejam liquidadas e terem sua extinção definitiva pelo DNIT, ou ainda na hipótese da execução do contrato tornar-se material ou legalmente impossível. 3) As CONSORCIADAS participarão da EMPREITADA nas receitas, nos lucros e perdas, nos custos diretos e indiretos, tributos e encargos, despesas comuns, pagamentos, aportes de recursos financeiros, direitos, deveres, responsabilidades, seguros, obrigações e proporção de suas respectivas participações no CONSORCIO, na forma a seguir: QUEIROZ GALVÃO - 37,80% (trinta e sete inteiros e oitenta centésimos por cento); OAS - 37,80% (trinta e sete inteiros e oitenta centésimos por cento); BRASÍLIA - 24,40% (vinte e quatro inteiros e quarenta centésimos por cento). As CONSORCIADAS participarão de todas as etapas das obras e serviços que integram o EMPREENDIMENTO, observando-se para todas as finalidades, sempre, o limite acima estabelecido. Registrado na JUNT. COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NIRE nº 33.0002436-4 em 16/09/2009 - Protocolo nº 00-2009/17215-6. Secretária Geral - Valéria G.M. Serra.

ME: 848307

POTLATCH EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF 00.025.092/0001-25

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS - Em 21 de setembro de 2009, às 10:00h, os sócios representando 100% (cem por cento) do capital da Potlatch Empreendimentos e Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.025.092/0001-25, na sede da sociedade localizada na Rua da Quitanda nº 52, 16º andar (parte), aprovaram por unanimidade as seguintes deliberações tomadas em Reunião de Sócios: (I) Redução do capital social no importe de R\$ 508.820,00 (secentos e oito mil, oitocentos e vinte reais) mediante transferência ao Sôco Márcio Cesar Campanella dos imóveis que seguem: (a) Predio nº 13.750 Loja e Sobrado da Av. Salvador Alende, antiga Av. Alfredo Balthazar da Silveira, Recinto dos Bandeirantes, Rio de Janeiro - RJ, descrito e caracterizado na Matrícula nº 88.475 do 9º Oficial do Registro de Imóveis da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro; (b) Bloco nº 15 da Quadra P da Planta 51-55-12915, com frente para a Av. Cesar Morant, antiga Servidão "H", Recinto dos Bandeirantes, Rio de Janeiro - RJ, descrito e caracterizado na Matrícula nº 94.264 do 9º Oficial do Registro de Imóveis da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro; (II) Redução de 1.352.933 (um milhão, trezentos e cinquenta e duas mil, novecentas e trinta e três) centos do capital da sociedade; (III) - Alteração do contrato social, consolidando as modificações promovidas. Rio de Janeiro (RJ), 21 de setembro de 2009. Márcio Cesar Campanella - Presidente; Bruno Roberto Campanella - Secretário.

ME: 844087



### GH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 00.062.600/0001-37

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Estamos apresentando as demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31/12/2007 e 2008. Permanecemos a disposição para quaisquer esclarecimentos.									
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2008 E 2007 (R\$)									
	2008	2007		2008	2007		2008	2007	
ATIVO			PASSIVO						
Circulante	23.494,52	6.792,48	Circulante	634.473,28	19.837,78				
Caixa	23.494,52	6.792,48	Obrigações Sociais e Trabalhistas	310,00	358,76				
Bancos	15.232,17	25.520,12	Lucros/Dividendos e Distribuiç	508.548,29	19.198,00				
Outros Debitos com Terceiros	7.222,35	3.000,00	Outras Contas a Pagar	15.995,00	-				
Ativo não circulante	6.720.861,48	6.826.632,58	Passeio não circulante	6.119.849,11	8.922.878,39				
Realizável a Longo Prazo	321.361,43	1.249.159,45	Empreendimentos e Financiamentos	368.613,50	1.064.862,47				
Conta Corrente Soc. Consórcios	521.361,43	1.249.159,45	Outras Contas a Pagar	1.003.738,00	1.003.738,00				
Permanente	5.199.066,43	5.797.473,13	Patrimônio Líquido	7.739.838,81	8.856.113,83				
Investimentos	5.199.066,43	5.797.473,13	Capital Social	4.240.400,00	4.240.400,00				
Imobilizado Líquido	15.924,32	19.666,06	Reservas	5.051.928,81	3.888.978,83				
Total do Ativo	7.744.423,40	8.113.534,06	Ações em Poder de Tesouraria	1.561.291,00	(1.151.263,00)				
			Total do Passivo	7.744.423,40	8.113.534,06				
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (R\$)									
	Subsídio	de Capital	Legal	Lucros	Agio	Dividendos	Lucros (prejuizos)	Ações em	Total
Saldo Inicial	4.240.400,00	328.871,35	850.584,14	579.795,92	-	2.309.725,43	-	(1.151.263,00)	6.956.113,83
Recebimentos de Ações	-	-	-	-	-	-	-	(415.128,00)	(415.128,00)
Vendas de Ações	-	-	-	-	11.400,00	-	-	5.300,00	16.400,00
Lucro (Prejuízo) do Exercício	-	-	-	-	-	-	3.042.742,78	-	3.042.742,78
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(569.148,56)	-	(569.148,56)
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	(1.300.044,43)	-	-	(1.300.044,43)
Contribuição de Reservas	-	-	-	-	-	2.319.507,97	(2.471.594,21)	-	-
Saldo Final	4.240.400,00	328.871,35	850.584,14	731.833,09	11.400,00	3.329.236,96	-	(1.561.291,00)	7.739.838,81

SEGURADORA LIDER DOS  
CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.  
CNPJ/MF nº 09.248.808/0001-04  
NIRE nº 33.3.0028479-6  
ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 18 DE MARÇO DE 2009 - Data, Hora e Local: Aos 18 (dezoito) dias do mês de março de 2009, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Convocação: O edital de convocação foi publicado no Diário Oficial do União nos dias 09, 10 e 11 de março de 2009, nas páginas 118, 126 e 131, respectivamente, e no "Jornal Valor Econômico", nos dias 09, 10 e 11 de março de 2009, nas páginas B9, C1 e C3, respectivamente. Publicações Privadas: O Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhados dos pareceres

dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 foram publicados nas páginas 86 e 87 das edições de 20, 21, 22, 23 e 24 de fevereiro de 2009 do "Jornal Valor Econômico" e nas páginas 15, 46 e 47 de edição de 20 de fevereiro do "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", na forma da Lei nº 6.404/76 e demais normativos de Superintendência de Seguros Privados. Presenças: Presenças dos acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. Presença ainda o Sr. Eduardo Sérgio de Souza Gonçalves Nunes, representante do Conselho Fiscal da Companhia, e o representante da empresa de auditoria externa PricewaterhouseCoopers, para os fins e efeitos do §1º do art. 134 da Lei nº 6.404/76. Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: 1) Exame, discussão e aprovação do Relatório de Administração e das

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria. 2) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2008. 3) Deliberação sobre a distribuição de Dividendos, no valor de R\$ 403.928,15 calculados com base no lucro líquido ajustado, apurado na data base de 31 de dezembro de 2008. 4) Eleição dos membros do Conselho de Administração e deliberação sobre a renovação global da Administração para o ano de 2009, e 5) Ratificação das designações de diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conforme determinação da Circular SUSEP/DECONGABN/0506. Em Assembleia Geral Extraordinária: 1) Alterar o art. 3º do Estatuto Social para incluir os §º 1º, 4º e 15º e alterar o art. 7º da Lei nº 74, para, juntamente com o 5º e 6º e 7º e 8º e 9º e 10º e 11º e 12º e 13º e 14º e 15º e 16º e 17º e 18º e 19º e 20º e 21º e 22º e 23º e 24º e 25º e 26º e 27º e 28º e 29º e 30º e 31º e 32º e 33º e 34º e 35º e 36º e 37º e 38º e 39º e 40º e 41º e 42º e 43º e 44º e 45º e 46º e 47º e 48º e 49º e 50º e 51º e 52º e 53º e 54º e 55º e 56º e 57º e 58º e 59º e 60º e 61º e 62º e 63º e 64º e 65º e 66º e 67º e 68º e 69º e 70º e 71º e 72º e 73º e 74º e 75º e 76º e 77º e 78º e 79º e 80º e 81º e 82º e 83º e 84º e 85º e 86º e 87º e 88º e 89º e 90º e 91º e 92º e 93º e 94º e 95º e 96º e 97º e 98º e 99º e 100º e 101º e 102º e 103º e 104º e 105º e 106º e 107º e 108º e 109º e 110º e 111º e 112º e 113º e 114º e 115º e 116º e 117º e 118º e 119º e 120º e 121º e 122º e 123º e 124º e 125º e 126º e 127º e 128º e 129º e 130º e 131º e 132º e 133º e 134º e 135º e 136º e 137º e 138º e 139º e 140º e 141º e 142º e 143º e 144º e 145º e 146º e 147º e 148º e 149º e 150º e 151º e 152º e 153º e 154º e 155º e 156º e 157º e 158º e 159º e 160º e 161º e 162º e 163º e 164º e 165º e 166º e 167º e 168º e 169º e 170º e 171º e 172º e 173º e 174º e 175º e 176º e 177º e 178º e 179º e 180º e 181º e 182º e 183º e 184º e 185º e 186º e 187º e 188º e 189º e 190º e 191º e 192º e 193º e 194º e 195º e 196º e 197º e 198º e 199º e 200º e 201º e 202º e 203º e 204º e 205º e 206º e 207º e 208º e 209º e 210º e 211º e 212º e 213º e 214º e 215º e 216º e 217º e 218º e 219º e 220º e 221º e 222º e 223º e 224º e 225º e 226º e 227º e 228º e 229º e 230º e 231º e 232º e 233º e 234º e 235º e 236º e 237º e 238º e 239º e 240º e 241º e 242º e 243º e 244º e 245º e 246º e 247º e 248º e 249º e 250º e 251º e 252º e 253º e 254º e 255º e 256º e 257º e 258º e 259º e 260º e 261º e 262º e 263º e 264º e 265º e 266º e 267º e 268º e 269º e 270º e 271º e 272º e 273º e 274º e 275º e 276º e 277º e 278º e 279º e 280º e 281º e 282º e 283º e 284º e 285º e 286º e 287º e 288º e 289º e 290º e 291º e 292º e 293º e 294º e 295º e 296º e 297º e 298º e 299º e 300º e 301º e 302º e 303º e 304º e 305º e 306º e 307º e 308º e 309º e 310º e 311º e 312º e 313º e 314º e 315º e 316º e 317º e 318º e 319º e 320º e 321º e 322º e 323º e 324º e 325º e 326º e 327º e 328º e 329º e 330º e 331º e 332º e 333º e 334º e 335º e 336º e 337º e 338º e 339º e 340º e 341º e 342º e 343º e 344º e 345º e 346º e 347º e 348º e 349º e 350º e 351º e 352º e 353º e 354º e 355º e 356º e 357º e 358º e 359º e 360º e 361º e 362º e 363º e 364º e 365º e 366º e 367º e 368º e 369º e 370º e 371º e 372º e 373º e 374º e 375º e 376º e 377º e 378º e 379º e 380º e 381º e 382º e 383º e 384º e 385º e 386º e 387º e 388º e 389º e 390º e 391º e 392º e 393º e 394º e 395º e 396º e 397º e 398º e 399º e 400º e 401º e 402º e 403º e 404º e 405º e 406º e 407º e 408º e 409º e 410º e 411º e 412º e 413º e 414º e 415º e 416º e 417º e 418º e 419º e 420º e 421º e 422º e 423º e 424º e 425º e 426º e 427º e 428º e 429º e 430º e 431º e 432º e 433º e 434º e 435º e 436º e 437º e 438º e 439º e 440º e 441º e 442º e 443º e 444º e 445º e 446º e 447º e 448º e 449º e 450º e 451º e 452º e 453º e 454º e 455º e 456º e 457º e 458º e 459º e 460º e 461º e 462º e 463º e 464º e 465º e 466º e 467º e 468º e 469º e 470º e 471º e 472º e 473º e 474º e 475º e 476º e 477º e 478º e 479º e 480º e 481º e 482º e 483º e 484º e 485º e 486º e 487º e 488º e 489º e 490º e 491º e 492º e 493º e 494º e 495º e 496º e 497º e 498º e 499º e 500º e 501º e 502º e 503º e 504º e 505º e 506º e 507º e 508º e 509º e 510º e 511º e 512º e 513º e 514º e 515º e 516º e 517º e 518º e 519º e 520º e 521º e 522º e 523º e 524º e 525º e 526º e 527º e 528º e 529º e 530º e 531º e 532º e 533º e 534º e 535º e 536º e 537º e 538º e 539º e 540º e 541º e 542º e 543º e 544º e 545º e 546º e 547º e 548º e 549º e 550º e 551º e 552º e 553º e 554º e 555º e 556º e 557º e 558º e 559º e 560º e 561º e 562º e 563º e 564º e 565º e 566º e 567º e 568º e 569º e 570º e 571º e 572º e 573º e 574º e 575º e 576º e 577º e 578º e 579º e 580º e 581º e 582º e 583º e 584º e 585º e 586º e 587º e 588º e 589º e 590º e 591º e 592º e 593º e 594º e 595º e 596º e 597º e 598º e 599º e 600º e 601º e 602º e 603º e 604º e 605º e 606º e 607º e 608º e 609º e 610º e 611º e 612º e 613º e 614º e 615º e 616º e 617º e 618º e 619º e 620º e 621º e 622º e 623º e 624º e 625º e 626º e 627º e 628º e 629º e 630º e 631º e 632º e 633º e 634º e 635º e 636º e 637º e 638º e 639º e 640º e 641º e 642º e 643º e 644º e 645º e 646º e 647º e 648º e 649º e 650º e 651º e 652º e 653º e 654º e 655º e 656º e 657º e 658º e 659º e 660º e 661º e 662º e 663º e 664º e 665º e 666º e 667º e 668º e 669º e 670º e 671º e 672º e 673º e 674º e 675º e 676º e 677º e 678º e 679º e 680º e 681º e 682º e 683º e 684º e 685º e 686º e 687º e 688º e 689º e 690º e 691º e 692º e 693º e 694º e 695º e 696º e 697º e 698º e 699º

**17º** **Ofício de Notas**  
**DA CAPITAL**

**Tabellion: Carlos Alberto Firmino Oliveira**  
 Rua do Carmo, 80 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-3800

**CEB574**  
**AA318729**

**Original e dou. te. que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X000014E883. Conf. por:**

**Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2014.**

**367 TUFUNDOS**

**Total**

**PAULA CRISTINA A.D. GASPARR-ALF**

**EX02-1177 PRZ Consulte em <https://www.tirj.jus.br/sitetepublico>**



[illegible]

(21) **27174141**

**17º** **Ofício de Notas**  
**UNICAPITAL**

**Tablete: Carlos Alberto Forno Oliveira**  
 Rua do Carmo, 53 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-8800

**088614**  
**AA318728**

**Reprodução fiel do**

**Certificado e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do**  
**original que foi apresentado. Cod: X00001AE884. Conf. por: 4.33**  
**Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2014. Serv. pública : 1.33**  
**Total : 5.86**

**PALLA CONSULTA A.D. 63878-AUT**  
**EA88-11716 X71 Consulte em <https://www3.trj.jus.br/sitepublico>**



**Parágrafo Primeiro** - A Lei Social da Companhia, para constar do estatuto de administração da sociedade, bem como o anexo, que já foi aprovado, anteriormente, pela Diretoria da Companhia, em sessão de 07 de maio de 2008. Em razão da deliberação em lei, o art. 3º da Estatuta Social passa a vigor com a seguinte redação: "Artigo 3º - A Companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Rua ... nº ... e nela se reúne para deliberar sobre assuntos podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão dos acionistas, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País"; 2) Aprovar, por maioria de votos, a alteração do parágrafo único do art. 18 do Estatuto Social da Companhia, de modo que os membros do Conselho de Administração pelo período máximo permitida sejam cinco (5) membros; 3) Aprovar, por unanimidade, em razão da deliberação em lei, o parágrafo único do art. 18 do Estatuto Social passe a vigor com a seguinte redação: "Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e designados pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um) ano, sendo que a remuneração desses membros será estabelecida e receberão, a título de remuneração, o estabelecido na legislação em vigor de Administração". A acionista Getisa Seguros S.A., devido ao fato de não sonejar a referida alteração estatutária; 3) Aprovar, por unanimidade, os princípios gerais da Plataforma de Remuneração dos Conselheiros e Administradores, na forma de proposta da Hay Consultoria, que foi aprovada, anteriormente, pelo Conselho de Administração, por unanimidade, a alteração do art. 19 do Estatuto Social da Companhia para incluir a designação específica - "prevenção de fraudes" como função de um diretor. Em razão da deliberação em lei, o art. 19 do Estatuto Social da Companhia passa a vigor com a seguinte redação: "Artigo 19 - O Conselho de Administração terá como funções principais a representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos necessários à condução dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 3 (três) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 6.402/76, outro que será o responsável técnico e de relacionamento com o SUS, e mais dois responsáveis pelas áreas de Administração, Gestão, Treinamento, Supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, e um diretor responsável pela prevenção de fraudes, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais responsabilidades pelo Conselho de Administração da Companhia". Em razão disso, a alteração da Companhia é 4) Aprovar, por unanimidade, concordar o Estatuto Social da Companhia passe a vigor com a seguinte redação: "Seguradora Líder dos Capitulos do Seguro DPVAT S/A - Estatuto Social (consolidado) Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º - A Seguradora Líder dos Capitulos do Seguro DPVAT S/A (denominada neste estatuto como a sociedade por ações, de capital fechado, que regerá por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios ou sociedades com fins lucrativos, desde que não haja prejuízo aos Seguros Privados - CNSP. Artigo 3º - A Companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 2º, 3º, 4º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País"; 5) Aprovar - A Companhia terá prazo indeterminado de duração. Capítulo II - Capital Social e Áreas - Artigo 5º - O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias, cada uma com valor nominal de R\$ 1,00 (uma unidade real). Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Artigo 6º - Reservadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá emitir negata total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiridas para fins exclusivos de resgate de ações emitidas, desde que não seja lançado auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação. Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 7º - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as decisões que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre que convocada para esse fim, dentro do prazo previsto no artigo 1º do parágrafo 1º da Lei nº 6.402/76. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei, independentemente das formalidades de convocação, também quando houver urgência, por qualquer dos membros do Conselho de Administração ou dos acionistas. Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, podendo a qualquer tempo serem substituídos, sendo que, no caso de impedimento, produzindo o competente ato. Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de procuração devidamente autenticados, assinados por seus titulares e (ou) pelo órgão de registro de empresas, no prazo de 15 (quinze) dias antes de reunião convocada. Parágrafo Quarto - Reservadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/10 (um décimo) do capital social com direito a voto. Parágrafo Quinto - A Assembleia Geral terá como finalidade estabelecer as diretrizes estratégicas de atuação da Companhia, bem como aprovar e alterar as alterações estatutárias e de natureza financeira. Parágrafo Sexto - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva. Parágrafo Settimo - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do Livro de Posse, emitido pelo SUSEP, sob pena de nulidade, e de prestação de juramento, conforme o caso. Parágrafo Oitavo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores. Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. Parágrafo Quarto - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva farão declarações de prestição

www.imprensaoficial.rj.gov.br

**17º** Ofício de Notas  
DA CAPITAL

**Tabella: Carlos Alberto Firmino Oliveira**  
Rua do Carmo, 83 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-4800

Definitivo e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X000001NE887 Conf. por:                     

Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2014. Serventia                      : 4.33  
Sx: JH+INDOS : 1.53  
Total : 5.86

**MIRILLA CRISTINA A.D. GRASPAC-ALF**

EA06-11719 TPB Consulte em <https://www5.trj.jus.br/sitepublico>

**008574**  
**AA318731**





**17º** **Ofício de Notas**  
 DA CAPITAL

**Tabellão: Carlos Alberto Terno Oliveira**  
 Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-8000

**086574**  
**AA318730**

Certificado e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do  
 Original que foi autenticado. Cod: X000001AE886. Conf-por: : 4.33  
 Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2014. Serventia : 1.53  
 Total : 5.86

**PALLA CRISTINA A.D. G&S-P&R-AUT**  
 EAB-11718 DM Consulte em <https://www5.tjrj.jus.br/sitpublico>



[illegible]

17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Tabella: Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo, 83 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-8800

005574  
AA315733

Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi autenticado. Cod: XXXXX014E889. Conf por: Rto de Janeiro, 03 de dezembro de 2014.

Sex: 14410005 : 1.53  
Total : 5.86

PALLA CRISTINA A.D. GABAR-AUT  
EAGG-11721 QM Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitpublico>



[illegible]

CIA MENTAL E DEPENDENCIA QUIMICA, ATENDIMENTO PSICOLOGICO DE PESSOAS COM DEFICIENCIA OU DOENÇA MENTAL, DISTURBIOS PSIQUICOS E PROBLEMAS CAUSADOS PELO USO DE DROGAS, ALEM DE INFRA-ESTRUTURA OFERECIDA NO LOCAL DE INSTALACAO, INCLUINDO ALIMENTACAO, SUPERVISAO E ACOMPANHAMENTO PSICOLOGICO E CURADOS MEDICOS. CAPITAL SOCIAL: R\$ 450.000,00 QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS) SEDE: ESTRADA UNIAO E INDUSTRIA, Nº 34.750 POSSE: PETROPOLIS - RJ - CEP. 25.770-480 Petrópolis-RJ  
02/12/2011.

**HYDRATEC COMÉRCIO E TECNOLOGIA LTDA. EPP**  
CNPJ nº 04.298.430/00-01  
**CONVOCAÇÃO:** [ART. 1.152 § 1º e § 3º DO Cód. CIVIL]. Nestes atos são convocados o Sr. Raul Carlos Rodrigues de Oliveira, para comparecer no dia 22/01/2012 e no dia 27/01/2012, em 1ª ou 2ª convocação, para tomar ciência de retirada do sócio minoritário Sr. Roberto Eduardo Barcary da Empresa Hydratec Comércio e Tecnologia Ltda. EPP, cujo endereço é Rua Manoel de Azevedo, nº 156 Joo "A" - parte superior, bairro São José, cidade de Maricá, RJ, CEP nº 27.775-050. O presente ato encontra-se em tratamento médico. RJ, 10/01/2012. Angelo Paolino Braga - CRCRJ/038.880-D-7 - CPF nº 132.446.537/2.

**CASTELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.**  
CNPJ: 33.221.649/0001-91

**AVISO** - Aclam-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, na Avenida Nilo Peçanha, 50, sala 1417, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2012. A Diretoria.

**VALE**

Companhia Aberta  
CNPJ Nº 33.392.513-0001-054

**FATO RELEVANTE:** A Vale S.A. (Vale) informa que esta declarando força maior (F.M.) em uma série de contratos de mineração com terceiros, a partir de hoje, 11 de janeiro de 2012. Estamos entrando em contato com os clientes conforme os termos dos respectivos contratos. De acordo com o artigo 3º, § 4º, da Instrução CVM Nº 358 esta Fato Relevante encontra-se dispensado de sua versão completa, em teor técnico, uma vez remeterá a Vale no website da VALE, os seguintes endereços: [www.vale.com](http://www.vale.com) e [www.vale.com.br](http://www.vale.com.br) a partir de 12 de janeiro de 2012. Fato Martins - Diretor Executivo de Relações com Investidores.

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO  
REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO  
02.709.449/0011-20

**PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO** torna público que requereu ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Licença de Operação para operar o Duto de Transferência de Água Produzida entre o Terminal de Cubatuba e a Estação de Barra do Furado, possuindo aproximadamente 70 km de extensão, capacidade de transportar com uma vazão de 150m³/h, com diâmetro de 8", em 29 de Dezembro de 2011. Rodovia Amaral Peixoto, km 186 - Macaé/RJ. Processo E-07512461/2011.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
CNPJ 33.000.167/0001-01  
OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

**PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS** torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HIDRICOS OUT nº IN018637, com validade até 28 de março de 2013, que a Autoriza a Captação de água bruta em 4 (quatro) pontos do Rio Cacembu, com a finalidade de outros usos (compactação e umedecção do solo) na Região Hidrográfica RH-V, Baía de Guaratuba, na Fazenda Micaço, entre os Rios Micaço e Cacembu, Porto das Caixas, município de Itaboraí.

**CAPTACÃO Terraplanagem COMPERJ:** Corpo Hídrico: Rio Gaúcho; Vazão máxima instantânea: 520,3 m<sup>3</sup>/s; Vazão média: 500,0 m<sup>3</sup>/s; Torção: 1000 m; Captação: 16,00 h/dia; Período de captação: 30 dias; Vazão mensal: 1440 000 m<sup>3</sup>; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 42' 21,285" e Long. 42° 50' 30,705". **CAPTACÃO: EAP 1:** Corpo Hídrico: Rio Gaúcho; Vazão máxima instantânea: 35,0 m<sup>3</sup>/s; Vazão média: 30,0 m<sup>3</sup>/s; Tempo de captação: 16,00 h/dia; Período de captação: 30 dias; Volume mensal: 14400 00 m<sup>3</sup>; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 40' 37,965" e Long. 42° 51' 51,438". **CAPTACÃO: EAP 2:** Corpo Hídrico: Rio Gaúcho; Vazão máxima instantânea: 35,0 m<sup>3</sup>/s; Vazão média: 30,0 m<sup>3</sup>/s; Tempo: 16,00 h/dia; Período: 30 dias; Volume mensal: 14400 00 m<sup>3</sup>; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 42' 46,321" e Long. 42° 51' 11,931".

**CAPTACÃO:** EAP 3; Corpo Hidrico: Rio Capambu, Vazão máxima instantânea: 35,9 m³/min; Vazão média: 10,0 m³/min; Tempo: 16,00 h/m³, Período: 30 dias; Volume mensal: 144.000 m³; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 41' 10,289" e Long. 42° 35' 24,842".

**LANÇAMENTO:** Volume máximo diário dos dois pontos A e B: 8886,0 m³, realizado no solo.

Processo nº: F. 27.100.702/2008

id: (24.30.56)

**BR PETROBRAS**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01  
NIRE nº 33300032061

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

[illegible]

## Avisos, Editais e Termos

### Associações, Sociedades e Firmas

## CLINICA ESTRELLA LTDA

## SOCIEDADE SIMPLES EM CONSTITUIÇÃO

[illegible]

17º Ofício de Notas  
 IN-CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira  
 Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 201-501-5800

CEB 74  
 AN 15/12

Original e dupe que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: XXXXXX1AE888, Conf. por: 4.33  
 Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2014. Serventia : 1.53  
 Total 3x: 134.0005 5.86

PALLA ERGIDA A.D. 0437K-ALT  
 EMB-11720 YID Consulte em <https://www3.tri-jus.br/sitapublico>





**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.**  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

**CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

**PRESENCIA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Medeiros, Rosana Techima Salsano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Poli e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Sentoma, que, como os presentes respectivos conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

**ORDEM DO DIA:** (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores **RICARDO DE SA ACATAUASSU XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração do

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 1 de 2



17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Tabuleiro: Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-4800

Original e dou fe que a presente  
Certificado que foi apresentado. Cod: X000001AE388 Conf. por: 4.33  
Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2014. Serventia 1.53  
327 TDFUNDOS

FALLA CRISTINA A.D. BRASPAR-ALF Total 5.86

EA03-11723 MU Consulte em <https://www3.rij.jus.br/sitpublico>

086674  
AA318735





2530951

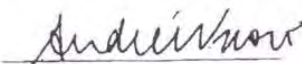
diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Techima Salsano - Conselheira; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.

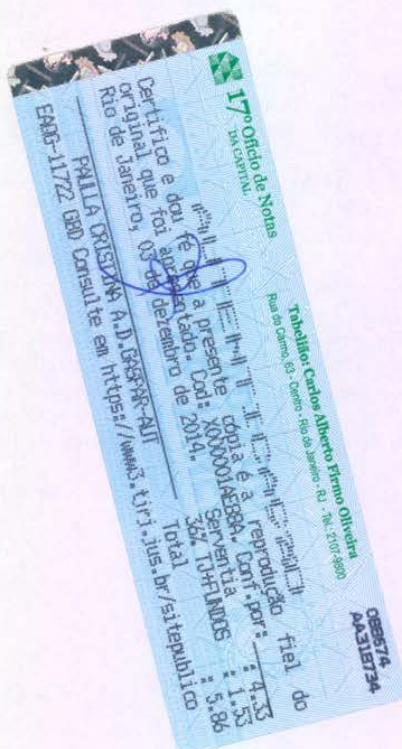
  
André Leal Faoro  
Secretário

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nº: 33.3.0028479-6  
Protocolo: 00.2014/126431-4 09/04/2014  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/04/2014. E O REGISTRO SOB O NÚMERO  
E DATA ABAIXO  
00002614223  
DATA 10/04/2014  
Vilma L. M. Serra  
SECRETARIA GERAL

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 2 de 2





**SUBSTABELECIMENTO**

Na qualidade de procurador da Seguradora: **ACE SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BCS SEGUROS S/A**; **BMG SEGURADORA S/A**; **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BVA SEGUROS S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHARTIS SEGUROS BRASIL S/A**; **CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **CIA MUTUAL DE SEGUROS**; **COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA**; **COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **FEDERAL DE SEGUROS S/A**; **FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS S/A**; **ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **J. MALUCELLI SEGUROS S/A**; **JAVA NORDESTE SEGUROS S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VERA CRUZ PREVIDÊNCIA S/A**; **MAPFRE VERA CRUZ VIDA S/A**; **MARES MAPFRE RISCOS ESPECIAIS SEGURADORA S/A**; **MARÍTIMA SEGUROS S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MITSUMI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A**; **PANAMERICANA DE SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **PQ SEGUROS S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **QBE BRASIL SEGUROS S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SUL AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **VIDA SEGURADORA S/A**; **ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante



denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa dos, Drs. FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 158.222, na OAB/CE sob o n.º. 16045 e na OAB/PE sob o n.º. 1170-A; LIANA CLODES BASTOS FURTADO, inscrita na OAB/CE sob o n.º 16897 e na OAB/PE sob o n.º. 1171-A; RICARDO LASMAR SODRÉ, inscrito na OAB/RJ sob n.º. 88.826; RAFAEL DE MORAES CORDEIRO ORLANDO, inscrito na OAB/RJ 135.625; MARCELLE SOARES FARIA ROSA, inscrita na OAB/RJ sob o n.º. 111323; DINA CLAUDIA DOS REIS PEREIRA SOARES, inscrita na OAB/MA sob o n.º. 11.143-A; MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS, inscrita na OAB/PE sob n.º. 29.559; RAQUEL QUEIROZ LIMA, inscrita na OAB/CE sob n.º. 17926; ANTONIO DOS SANTOS MOTA, inscrito na OAB/CE sob o n.º. 19283; JEANN CALIXTO SOUSA OLIVEIRA, inscrito na OAB/MA sob o n.º. 9163; SIDNEI DE OLIVEIRA PAULO, inscrito na OAB/RJ sob o n.º. 171.129, todos com escritório na Av. Rio Branco, n.º.245, 8.º Andar, Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20040-009, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta n.º 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF n.º 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP n.º 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 2013

Maristella de Farias Melo Santos

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800  
Reconheço por semelhança a firma de MARISTELLA DE FARIAS MELO  
SANTOS (Cod: 08891805ED2A)  
Rio de Janeiro, 24 de junho de 2013. Conf. por: \_\_\_\_\_  
Em Testemunha da Verdade. 34% TJ+FUNDOS : 1.39  
Total : 5.36  
Bruno Rodrigo Belem Gaspar Aut.

CARTÓRIO DO 17º  
Bruno Rodrigo Belem Gaspar  
Escrivente  
CAD/CGJ  
Art. 20 § 3º

SELO DE FISCALIZ  
REGISTRO GERAL DA JUST  
CONHECIMENTO DE FIRMA  
POR SEMELHANÇA

AUZ  
SH187233

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800  
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: 0300E4A030262A. Conf. por: \_\_\_\_\_  
Rio de Janeiro, 24 de setembro de 2013. Serventia : 4.10  
34% TJ+FUNDOS : 1.46  
Total : 5.56



## **SUBSTABELECIMENTO**

**SUBSTABELEÇO**, com reserva de iguais, os poderes outorgados por **MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, na pessoa da **DRª ROSELEINE LÓ-RÉ SAPIA**, advogada, brasileira, inscrita na **OAB/SP 87.419**; **DR. LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA CABRAL**, advogado, inscrito na **OAB/RJ 97.096**; **DRª ANA LUCIA FALCAO DONATO**, advogada, inscrita na **OAB/RJ 101.168**; **DRª ETIENNE DE OLIVEIRA BARROS**, advogada, inscrita na **OAB/RJ 125.839**; **DRª MERCEDES HELENA DE SOUZA OLIVEIRA**, advogada, inscrita na **OAB/RJ 100.782**, advogada, inscrita na **OAB/RJ 110.424**; **DRª ALESSANDRA DOS REIS CLAUDIO**, advogada, inscrita na **OAB/RJ 99.557**; **DR. PEDRO IVO DE LIMA BREVES**, advogado, inscrito na **OAB/RJ 89.642**; **DR. JULIO CESAR DA SILVA BRAGA**, advogado, inscrito na **OAB/RJ 117.741**; **DRª MARCELA MONSORES BARROS**, advogada, inscrita na **OAB/RJ 114.237**; **DRª MARY SINATRA M.Y. DE CASTRO GOMES SILVA**, advogada, inscrita na **OAB/SP 211.262**; **DRª JULIANA BELTRAN**, advogada, inscrita na **OAB/SP 212.270**, todos com escritório profissional sito na Av. Rio Branco, 245 – 2º ao 6º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ, CEP 20040-009, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o DPVAT.

**Rio de Janeiro, 23 de Abril de 2009.**

  
**RICARDO LASMAR SODRÉ**

**OAB/RJ 88.826**

---

Rio de Janeiro – Av. Rio Branco, 245 – 4º andar - RJ - Cep 20040-009 – Tel: (21) 4501-0077 - Fax: (21) 4501-0079  
São Paulo – Alameda Santos, 234 - 4º e 12º andares - SP - Cep 01418-000 – Tel: (11) 3365-1032/1033 - Fax: (11) 3365-1017/1019  
E-mail: [execucao2@negriniadvogados.com.br](mailto:execucao2@negriniadvogados.com.br)

JCS



## SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procuradores da MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabelecemos, com reservas de iguais, na pessoa dos Drs. PEDRO PAULO OSÓRIO NEGRINI - OAB/SP 14452, casado, brasileiro, OCTAMYR JOSÉ TELLES DE ANDRADE JUNIOR - OAB/RJ 45981, solteiro, brasileiro, PAULO MARCELO MOUTINHO GONÇALVES - OAB/RJ 88799, solteiro, brasileiro, RICARDO LASMAR SODRÉ - OAB/RJ 88826, casado, brasileiro, VIVIANE LOSPALLUTO PRIORE - OAB/RJ 109794, solteiro, brasileiro, com escritório na Av. Rio Branco nº 245, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2009

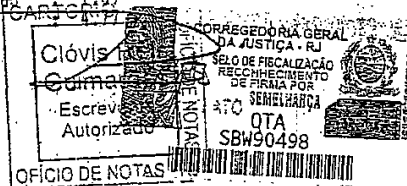
  
Maristella de Farias Melo Santos

179 OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firão Oliveira  
Rua do Carão, 63 - Centro - Rio de Janeiro. 2107-9800. Reconheço  
por semelhança a firma de: MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS  
Cod: 08656C877024

Rio de Janeiro, 14 de Abril de 2009. Conf. por:  
Em testemunho da verdade.

Clovis Reis Guimarães - Autorizado

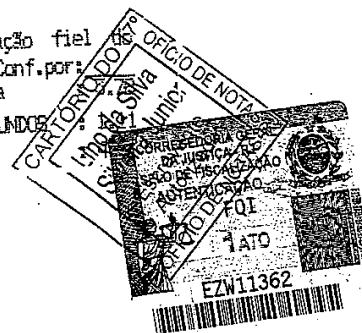
Serventia : 3.68  
30% TJ+FUNDOS : 1.09  
Total



179 OFICIO DE NOTAS - Tabeliao: Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: 18049111F7C9F1. Conf. por: Rio de Janeiro, 22 de Abril de 2009. Serventia

Lino da Silva Silveira Junior - Autorizado 30% TJ+FUNDOS Total



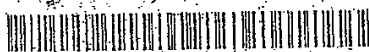


LIVRO: 3063 / PÁGINAS: 061/064  
TRASLADO: PRIMEIRO  
FOLHA: 1/2

MVCS - MVVP - MSGC - MNCVP - MARES - MSCEX - 2008 - JURIDICO  
PROCURAÇÃO PÚBLICA

Saibam quantos esta pública procuração virem que aos vinte e oito (28) dias do mês de novembro de dois mil e sete (2007), nesta Cidade e Capital do Estado de São Paulo, no 21º Tabelião de Notas, perante mim escrevente, compareceram como outorgantes MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, com sede nesta Capital, na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 22º andar, Brooklin, inscrita no CNPJ sob nº 61.074.175/0001-38, NIRE 35.3.0004292.1, com seu estatuto social consolidado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de agosto de 2004, registrada na JUCESP sob nº 235.893/05-5 em 16/08/2005, neste ato representada, conforme o artigo 14 do seu estatuto social, por seus Diretores Vice-Presidentes Wilson Toneto, brasileiro, casado, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 13.110.917-0-SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 043.399.058-95, e Jose Ballone Junior, brasileiro, casado, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 12.309.589-SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 066.680.178-94, ambos com o mesmo endereço comercial da outorgante, eleitos conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração de 21 de fevereiro de 2006, registrada na JUCESP sob nº 203.580/06-0 em 02/08/2006, dos quais cópias dos atos estatutários, da eleição dos diretores e do CNPJ, encontram-se arquivadas nestas Notas na pasta 144 sob nº 194; e MAPFRE VERA CRUZ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, com sede nesta Capital, na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 22º andar, Brooklin, inscrita no CNPJ sob nº 54.484.753/0001-49, NIRE 35.3.0010769.1, com seu estatuto social consolidado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de agosto de 2004, registrada na JUCESP sob nº 322.343/06-9 em 04/12/2006, neste ato representada, conforme o artigo 14 do seu estatuto social, por seus Diretores Vice-Presidentes Wilson Toneto e Jose Ballone Junior, já qualificados, eleitos conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração de 21 de fevereiro de 2006, registrada na JUCESP sob nº 224.605/06-9 em 18/08/2006, dos quais cópias de seus atos estatutários, da eleição dos diretores e do CNPJ, encontram-se arquivados nestas Notas na pasta 144 sob nº 197; MAPFRE SEGURADORA DE GARANTIAS E CREDITO S/A, com sede nesta Capital, na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 15º andar, inscrita no CNPJ sob nº 04.046.576/0001-40, NIRE 35.3.0017933.1, com seu estatuto social consolidado nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas cumulativamente em 21 de fevereiro de 2006, registrada na JUCESP sob nº 289.217/06-4 em 24/10/2006, neste ato representada, conforme o artigo 14 do seu estatuto social, por seu Diretor Presidente Antonio Cássio dos Santos, brasileiro, casado, securitário, RG nº 14.000.255-SSP/SP e CPF nº 032.330.558-03, e por seu Diretor Wilson Toneto, já qualificado, ambos com o mesmo endereço comercial da outorgante, eleitos conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração de 21 de fevereiro de 2006, registrada na JUCESP sob nº 242.066/06-9 em 08/09/2006, dos quais cópias dos atos estatutários, da eleição dos diretores e do CNPJ, encontram-se arquivadas nestas Notas na pasta 144 sob nº 195; MAPFRE NOSSA CAIXA VIDA E PREVIDENCIA S/A, com sede nesta Capital, na Alameda Santos, nº 415, 7º andar, Cerqueira César, inscrita no CNPJ sob nº 05.304.876/0001-45, com seu estatuto social consolidado na Assembleia Geral Ordinária de 12 de setembro de 2005, registrada na JUCESP sob nº 227.803/06-4 em 24/05/2006, neste ato representada, conforme o Parágrafo 2º do artigo 14 do seu estatuto social, por seu Diretor,

Ministério da Justiça  
e do Poder Judiciário  
Fundado em 1948



10842602521547.00002946938

P: 00534 P: 005409

Rua Libero Badaro, 385 - São Paulo, SP - 01008-000  
Tel.: (11) 3293-9501  
e-mail: tabeliao21@tabeliao21-speedy.com.br

**21º Tabelião de Notas**

SÃO PAULO - CAPITAL

LUIZ AFFONSO SPAGNUOLO MEDINA  
Tabelião

**N**  
Seção São Paulo  
Filial à UNIL

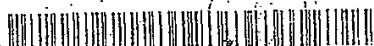
LIVRO: 3063 - PÁGINAS: 061/064

TRASLADO: PRIMEIRO

FOLHA: 2/2

CPF nº 305.887.948-21; 9B) KAREN REGINA PACHECO CARDIERI, casada, OAB/SP 211.247, CPF 267.886.298-46; 10B) LIGIA MARIA CHIKUSA, OAB/SP 208.247, CPF 222.635.658-41, solteira; 11B) MARCELA GROSCHKE MENDES, OAB/SP 198.247, CPF 283.947.078-07, solteira; 12B) MARIA FERNANDA REZENDE DE ASSIS, solteira, OAB/SP 253.937, CPF 315.446.358-50; 13B) MOARA SILVA OJIDOS, solteira, OAB/SP nº 231.792, RG nº 21.214.693-2-SSP/SP e CPF nº 285.479.448-69; 14B) NIVIA GISELE JORGE, solteira, OAB/SP nº 179.365, RG nº 26.815.831-9-SSP/SP e CPF nº 254.826.328-22; 15B) ODAIR JOSÉ SILVA ROSA DE OLIVEIRA, OAB/SP 235.634, CPF 257.756.728-60, casado; e 16B) SILVIO PAPARELLI JUNIOR, OAB/SP 221.779, CPF 151.640.928-08, casado, todos brasileiros, advogados, residentes e domiciliados nesta Capital, com escritório nesta Cidade e Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, onde recebem intimações, aos quais conferem: I) **TODOS OS PODERES DA CLÁUSULA "AD JUDICIA" PARA, EM CONJUNTO OU ISOLADAMENTE, INDEPENDENTEMENTE DA ORDEM DE NOMEAÇÃO,** representar as outorgantes em Juízo, em qualquer instância ou Tribunal, inclusive perante qualquer órgão da administração pública, podendo: a) propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, em qualquer ação civil, administrativa ou criminal e seus respectivos atos e medidas de ordem preparatória, asseguratória ou executiva, incluindo inquéritos policiais, por mais especial que seja a forma processual; b) requerer falências, recuperação judicial ou extrajudicial; c) confessar, transigir, desistir, firmar compromisso, receber e dar quitação; d) prestar depoimento pessoal em nome das **OUTORGANTES** como representante legal; e) propor reconvenção e segui-la; f) representá-las perante os órgãos e repartições públicas em geral, especialmente os da Justiça do Trabalho, inclusive na qualidade de empregadora, como seus prepostos e, para tal fim, praticar todos os direitos atribuídos à própria empregadora pela legislação em vigor; g) receber correspondências, citações, intimações e notificações, inclusive de mão própria (MP) em qualquer Agência - Central ou Regionais - dos Correios, especialmente a situada na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215 (Centro Empresarial de São Paulo-CENESP); h) nomear prepostos e i) substabelecer a presente no todo ou em parte, enfim, praticar todos os atos e assinar quaisquer documentos necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato; e II) **OS PODERES GERAIS E ESPECIAIS PARA, AGINDO:** i) **DOIS PROCURADORES DO GRUPO "A" EM CONJUNTO;** (ii) **UM PROCURADOR DO GRUPO "A" EM CONJUNTO COM UM PROCURADOR DO GRUPO "B";** OU (iii) **QUALQUER UM DOS PROCURADORES DO GRUPO "A" OU "B" EM CONJUNTO COM UM DIRETOR ESTATUTÁRIO,** A) representar as outorgantes perante quaisquer órgãos ou repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas, especialmente (não exclusivamente): a) Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, inclusive suas delegacias regionais; b) Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); c) IRB Brasil Re (IRB) e suas sucursais; d) Banco Central do Brasil; e) Secretaria da Receita Federal; f) Juntas Comerciais; g) Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI; h) Cartórios de Notas; i) Cartórios de Registro de Imóveis; j) Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; k) Cartórios de Protesto de Letras e Títulos; l) Cartórios de Registros Cíveis das Pessoas Naturais e Jurídicas, podendo: m) assinar fichas de inscrição definitiva federal, estadual e municipal, inclusive os respectivos livros

Instituto Internacional  
de Notariado Latino  
Fundado em 1948



10842602521847.D00029470-1

D. 00524 R. 005471

Assembleia Geral Extraordinária de 30/11/2005

o do documento: 2002251148053680000057412306

[illegible]

CNPJ 50.814.893/0001-07

[illegible]

СНП.ИМР № 03.397.489/0001-75 - №ИЭ: 35.300.173.

CNP JMF n° 03.356.583/0001-63 - NIRE n° 35.300.177

Fluminense de Freguesia-Cabos  
Rio de Janeiro, Brazil. S. A.

**Sistema Energia-Gas e Sistemas do Brasil S.A.**  
CNPJ nº 07.50.761-0001-99  
**AVISO AOS ACIONISTAS**

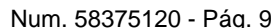
Encarrem-se os documentos dos Senhores Acionistas para o ano de 1980 na Avenida Pirajó, nº 1100, Bloco A, Sala 1, no Galpão da Companhia Estado de São Paulo, os documentos que se seguem a partir das 14h de 1º de Maio de 1981, até às 14h de 31 de Maio de 1981, inclusive, no endereço acima mencionado em 13.34.15.  
Eventuais cópias dos documentos poderão ser obtidas pelo acionista no mesmo local Sorocaba, 12 de Janeiro de 2008, assinado e comparado por:  
Junior - Presidente do Conselho de Administração 13.34.15

## VICINHA STEEL S.A.

NIRE 35-3.0018221-9 - CNPJ nº 04.768.952/0001-35  
Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária  
— de 28 de abril de 2006

[illegible]

**BMW Serviços Financeiros**  
Brasil

[illegible]

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – PERNAMBUCO.**

**PROCESSO Nº 0088335-94.2019.8.17.2001– Seção A**

**JOSE FABIANO DA SILVA**, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, que move contra SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A E OUTRA, vem mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência apresentar **RÉPLICA** a contestação, nos termos do art. 326 do CPC, pelos motivos que passa a expor para ao final requerer:

Inicialmente, deve-se frisar que a Ré, em nenhum momento contestou os documentos acostados à exordial, em razão das lesões sofridas no acidente automobilístico, ao qual levou a DEBILIDADE da vítima do sinistro.

Como não poderia ser distinto, a seguradora, ora ré, representada por competentes Profissionais, há que contestar sob todos os aspectos, sob pena de ver a demanda, julgada antecipadamente, senão vejamos:

**DOCUMENTOS ESSENCIAIS A PROPOSITURA DA AÇÃO**

Vem a ré impugnar que o autor apresentou documento posterior ao fato ocorrido, entretanto, em nada prejudica o autor diante da debilidade apresentada com o passar dos anos.

Explana o Requerido sobre os documentos necessários para ingressar com a presente ação, sobre o pretexto de não ter o Autor juntado todos os documentos obrigatórios para o deslinde do feito.

Alega ainda que os documentos colacionados aos autos não são capazes de qualificar a invalidez experimentada pelo autor, bem como quantificar seu grau, sendo o único documento apto para sua comprovação o laudo expedido pelo IML.

Ocorre que o Autor juntou aos autos todos os documentos necessários para ingressar com a presente ação e **Nada tira do autor, o pleno direito de requerer a indenização em vias judiciais, o que demonstra sua debilidade permanente através de documentos comprobatórios juntados á peça inaugural que consistem em** Boletim de Ocorrência do sinistro, , laudos médicos .

O B.O é feito por órgão oficial e em nada poderá alegar inverdade. Assim, não retira do autor a legitimidade do ato em ter o seu direito explicito de forma detalhada num documento oficial feito pela Polícia Civil do Estado e toda a veracidade fática corre junto com os documentos anexos como mostram os hospitalares, por exemplo.

O conjunto probatório carreado aos autos demonstra claramente que i) o autor sofreu o acidente, ii) que o autor possui danos físicos decorrentes deste.

Tais documentos mostram-se plenamente suficientes, aliados ainda à perícia médica realizada na autora e que certamente será determinada por Vossa Excelência - para demonstrar o lídimo direito pleiteado nestes autos.

Destarte, resta plenamente demonstrado, através de farta documentação (excluindo-se



apenas o laudo do IML), o lídimo direito do autor, sendo plenamente viável a inversão do  nus da prova para que a ré suporte as despesas do laudo que será produzido nestes autos.

#### **QUANTO A ALEGAÇÃO DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR – EM VIA ADMINISTRATIVA**

Ainda em sede de contestação, a ré tenta exaurir-se de suas obrigações, alegando que o autor não tem sequela indenizável, desmerecendo a vasta documentação médica juntada aos autos, o qual fica evidenciado que o autor sofreu fratura, resultando assim em debilidade.

Data V nia Excelência, o que a seguradora tenta é obter enriquecimento sem causa, negando ou pagando valores inferiores ao devido, consegue acumular uma diferença incalculável, gerando riquezas e benefícios em seu proveito, retirando dos cidadãos o direito garantido por Lei, quanto a indenização.

Assim sendo, resta impugnada qualquer alegação de que o pagamento realizado a menor, por via administrativa foi plenamente suficiente, haja vista não retratar a realidade dos fatos.

#### **QUANTO A AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL - IML**

Com respeito a essa alegação, a parte autora requereu em sua inicial a nomeação de médico perito para que seja apurado o grau e debilidade permanente das lesões sofridas pelo autor de acordo com a tabela Dpvat.

**É sabido que os institutos de medicina legal se encontram sobrecarregados de serviços e com poucos servidores para realização de perícias, por esta razão foi firmado convenio com o TJPE e as seguradoras do consórcio Dpvat, para realizarem perícias médicas em mutirões ou por médico perito nomeado pelo TJPE, por esta razão a alegação de ausência de laudo do IML como documento necessário para propositura da ação não merece prosperar.**

Desta feita, requereu a nomeação de médico perito com base na existência de convênio firmado junto as seguradoras, disposto no ato da presidência 05/2015, onde consta o valor previamente estabelecido de R\$ 200,00 para cada perícia realizada e custeada pela seguradora.

**“EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - DIREITO PROCESSUAL CIVIL - INÉPCIA DA INICIAL - INOCORRÊNCIA - ADEQUAÇÃO DA PEÇA INICIAL COM AS NORMAS INTRODUZIDAS PELA MP 451/2008 - QUESTÃO DE MÉRITO - JUNTADA DE LAUDO DO IML - OBRIGATORIEDADE INEXISTENTE. (...) IV - A necessidade de laudo do IML   adstrita ao procedimento administrativo, pois, para fins processuais, vários são os meios de prova   disposição das partes. V - Sentença cassada. (...) A necessidade de laudo do IML  , em meu entendimento, adstrito ao procedimento administrativo, pois, para fins processuais, vários são os meios de prova colocados à disposição das partes e sua análise constitui o mérito da causa.   de ser ressaltado que o apelante juntou o B.O. comprovando o acidente, relatórios médicos comprovando as lesões e a invalidez parcial permanente, bem como documentos de lavra da ré, que demonstram pagamento pela via administrativa. Com efeito, incabível a extinção do processo sem a resolução de mérito, sob o fundamento de falta de prova”.** (Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 18  Câmara Cível, Ap. Cível n  1.0433.09.290244-7/001(1), Rel. Mota e Silva, j. 22/06/2010) (grifei)

Portanto, resta impugnado a preliminar de inépcia da inicial por ausência de IML, onde a parte autora faz jus ao complemento da indenização de até R\$ 9.450,00.



## **QUANTO A APLICAÇÃO DA GRADAÇÃO DA LESÃO E APLICABILIDADE DA LEI 11.945/2009**

Ora Excelência, nada mais que falcioso as alegações da contestante, pois em nenhum momento o autor pleiteia indenização securitária de R\$ 9.450,00, e sim no valor correspondente a invalidez permanente de **ATÉ** R\$ 9.450,00.

Nesta toada, o autor requereu em sua inicial, a nomeação de médico perito para que seja periciado por médicos especialistas nomeados pelo TJPE, e assim apurado o verdadeiro grau e debilidade permanente sofrido pelo autor.

Ocorre, que mesmo o pedido de nomeação de perito ter sido deferido por este ínclito julgador, as contestantes quedaram inertes quanto ao pagamento dos honorários periciais, afastando essa possibilidade probatória da parte hipossuficiente do litígio, para averiguação mais detalhada da lesão e grau de debilidade no autor, devendo ser penalizada com revelia probatória de seus direitos.

## **DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA**

O termo inicial para incidência de correção monetária em ações de indenização de securitárias, fluem a partir do efetivo prejuízo, matéria já debatida e pacificada pela doutrina e jurisprudência pátria, senão vejamos:

**Súmula 580 do STJ: a correção monetária nas indenizações por morte ou invalidez incide desde a data do acidente.**

**Súmula 43 do STJ: incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo.**

Ou, caso assim não entenda Vossa Excelência, que determine como termo inicial da correção monetária deve ser o da data do pagamento a menor, em razão desta se tratar de mera recomposição de valores. Como já decidido por esta 10.<sup>a</sup> Câmara cível, no voto do eminente Des. Wilde de Lima Pugliese:

"AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SEGURO DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO PELA AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR REPELIDA. PRESCRIÇÃO TRIENAL. INOCORRÊNCIA. O VALOR DO SEGURO OBRIGATÓRIO DEVE CORRESPONDER A 40 SALÁRIOS MÍNIMOS. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 3º, A DA LEI Nº 6.194/1974. JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSO DE APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. [...].APELAÇÃO CÍVEL Nº 336.728-2, REL: DES. WILDE DE LIMA PUGLIESE, unânime.

**5. A correção monetária não significa um plus, ou acréscimo à quantia indenizatória pretendida, serve apenas para atualizar seu valor em face da inflação ocorrida no período, e, portanto, deve incidir desde o pagamento feito a menor".** (TJPR, AP 336.728-2, Rel. Des. Wilde de Lima Pugliese DJ 19.05.06).

**AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1.- Na ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT o termo inicial da correção monetária é a**



**data do evento danoso.** 2.- Agravo Regimental improvido. (STJ - AgRg no AREsp: 46024 PR 2011/0149361-7, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 16/02/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 12/03/2012.

**SEGURO. DPVAT. INDENIZAÇÃO. LEI N. 11.482/2007. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL.** 1. No caso de acidente ocorrido na vigência da Lei n. 11.482/2007, a indenização relativa ao seguro DPVAT deve corresponder a R\$ 13.500,00, de acordo com os percentuais previstos na tabela de condições gerais de seguro de acidente suplementada. **2. A correção monetária sobre dívida por ato ilícito incide a partir do efetivo prejuízo (Súmula n. 43/STJ).** 3. Agravo regimental provido em parte para se conhecer do recurso especial e dar-lhe parcial provimento. (AgRg no Ag 1.290.721/GO, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, DJe 14.6.11); grifos nossos sempre).

Bem como a incidência dos juros moratórios, que também passa a fluir a partir do evento danoso, conforme preceitua a súmula 54 do STJ:

**Súmula 54 do STJ: Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.**

Desta forma, a incidência de juros e correção monetária deve ocorrer a partir do efetivo prejuízo, por se tratar de matéria da mais lidima justiça.

### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Os honorários advocatícios são balizados pelo Código de Processo Civil brasileiro (Lei de n. 5.869/73) em seu artigo 85, que assim dispõe:

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

§ 1º São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

(...)

§ 8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.

Deste modo, a lei brasileira define os critérios de valoração do quantum dos honorários advocatícios em termos de percentual sobre o valor da condenação. Diante da regra da legislação processual brasileira, esse percentual varia de 10% a 20% ou de forma equitativa, entretanto, a prática jurisprudencial revela outra realidade.

O E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já se debruçou algumas vezes sobre o tema dos honorários advocatícios em ações desta natureza, valendo citar alguns julgados paradigmas:



Seguro obrigatório. DPVAT. [...] Honorários de advogado. Manutenção do valor arbitrado. Fixação de acordo com os critérios previstos no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil. **Limitação dos honorários advocatícios, prevista no art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060/50. Inaplicabilidade.** Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - APL: 1104852820098260010 SP 0110485-28.2009.8.26.0010, Relator: HamidBdine, Data de Julgamento: 29/11/2012, 32ª Câmara de Direito Privado)

Ação de cobrança. Seguro obrigatório. DPVAT. [...] **Verba honorária que se reduzida importaria em aviltamento. Litigância de má-fé.** Não se configura litigância de má-fé no exercício regular do direito de recorrer. Sentença reformada. Apelo parcialmente provido. (TJ-SP - APL: 401005920088260602 SP 0040100-59.2008.8.26.0602, Relator: Ruy Coppola, Data de Julgamento: 29/11/2012, 32ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/11/2012 – grifos e destaques nossos)

Assim sendo, diante da complexidade da causa, da insuficiência da parte autora em realizar o pagamento de honorários contratuais, nada mais que justo ao advogado o recebimento dos honorários advocatícios no percentual de 20% sobre o valor da condenação, ou em caso de valor irrisório, que seja fixado um valor de forma equitativa a ser arbitrado por esse MM. juiz, o que assim requer.

#### **DOS PEDIDOS**

**Isto posto**, requer a parte Autora que seja julgado totalmente procedente a presente ação, nos termos do pleito feito à germinal, para que as demandadas sejam condenadas ao pagamento do complemento da indenização securitária até o teto da tabela Dpvt.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Recife, 05 de março de 2020.

**AMANDA KARLA SOARES DA SILVA**

**OAB/PE 33.664**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 22ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F: ( )

Processo nº **0088335-94.2019.8.17.2001**

AUTOR: JOSE FABIANO DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

### **DECISÃO COM FORÇA DE MANDADO**

Dando andamento ao procedimento de antecipação de provas, devo destacar o **Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO**, CRM-PE n. 16.868, perito médico nomeado por este Juízo, designou o dia **07/05/2020, a partir das 08 (oito) horas até as 10 (dez) horas, por ordem de chegada, para ser realizado o exame pericial**, observando que se a parte demandante chegar após às 10 (dez) horas **NÃO SERÁ ATENDIDA**.

**O exame pericial será realizado no consultório do Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, localizado a Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, Empresarial Derby Park, Recife – PE - CEP 52010-260 - Tel.: 81 4101-0698. Ponto de referência: rua da emergência clínica do Hospital da Restauração e em frente ao grupo máximo educacional.**

**Intime-se pessoalmente o(a)(s) autor(a)(es) por Mandado (acaso seja possível cumprimento pela CEMANDO) ou Carta com AR (comarcas não atingidas pela CEMANDO) para comparecer no local, dia e hora acima mencionados, ficando ADVERTIDO(A)(S) de que: Deverá comparecer levando todos os seus exames (inclusive Raio X, se tiver) e documentos relacionados ao acidente, ressaltando que sua AUSÊNCIA injustificada ensejará a aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça, nos termos do art. 77, § 2º do CPC, bem como o reconhecimento de renúncia tácita à produção de prova do fato constitutivo de seu direito, nos termos do art. 373, I, do CPC, além do julgamento do processo no estado em que se encontrar.**

**Intime-se o advogado do(a)(s) autor(a)(es) para, querendo, comparecer ao ato acima citado e poderá se fazer presente acompanhado de assistente técnico, sendo que deverá comunicar tal data ao seu cliente, independentemente da intimação pessoal já determinada.**

Ressalto que a cópia da presente será autenticada por servidor em exercício nessa vara e servirá como mandado.

Recife, data e assinatura digital.

psrm





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0088335-94.2019.8.17.2001  
AUTOR: JOSE FABIANO DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA  
**CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO**

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a CITAÇÃO/INTIMAÇÃO de MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A . O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 26 de março de 2020

**FRANCISCA SAMPAIO MAGALHAES**  
Diretoria Cível do 1º Grau



**AVISO DE RECEBIMENTO**

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A  
Endereço: Avenida Governador Agamenon Magalhães, 3855, Boa Vista Recife - PE, 50070-160

0088335-94.2019.8.17.2001 ID 56693353 2  
CITAÇÃO/INTIMAÇÃO Seção A da 22ª Vara Cível da Capital

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRAISON

28/01/2020

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Alexio Goulartes

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

4343052

RUBRICA E MAT. DO EMPREENHADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

Francisca Sampaio Magalhães  
Mat. 3.617.095 -

28 JAN 2020

07 - PE

PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0163 / 18

114 x 158 mm

Assinado eletronicamente por: FRANCISCA SAMPAIO MAGALHAES - 26/03/2020 13:12:01

<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20032613120166400000058840155>

Número do documento: 20032613120166400000058840155



AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JU 6572 4926 4 m



DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

27 JAN 2020

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ /	/ /	/ /
:	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL  
JORNAL DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - 1º ANDAR  
AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº  
ILHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
BRÉSIL

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



Assinado eletronicamente por: FRANCISCA SAMPAIO MAGALHAES - 26/03/2020 13:12:01

<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20032613120166400000058840155>

Número do documento: 20032613120166400000058840155



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0088335-94.2019.8.17.2001  
AUTOR: JOSE FABIANO DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA  
**CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO**

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a Citação/Intimação de SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA . O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 30 de março de 2020

**MARIA CREUSELIA SILVA SOUSA**

**Diretoria Cível do 1º Grau**



PREENCHIMENTO		PREENCHER COM LETRA DE FORMA	
<b>DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE</b>			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
<p>Nome: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA</p> <p>Endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ,</p> <p>CEP: 20.031-205</p>			
CEP	0088335-04.2019.8.17.2001	ID 56693352	1
CITAÇÃO/INTIMAÇÃO		Seção A da 22ª Vara Cível da Capital	
NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI		SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS		<input type="checkbox"/>	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE RÉCEPTION	
<p>30 JAN 2020</p> <p>Liene Wayne Ribeiro de Santana</p> <p>CPF: 30.412.775-0</p>		<p>30 JAN 2020</p>	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR		CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION	
<p>30 JAN 2020</p>		<p>30 JAN 2020</p> <p>31 JAN 2020</p> <p>RIO DE JANEIRO</p>	
O PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			



**Correios** Brasil

**AVISO DE RECEBIMENTO** **AR**

AVISO 007

27 JAN 2020

JU 6572 4925 5kn

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / UNITEAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR

HOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

DIRETORIA CÍVEL DE 4º GRAU DA CAPITAL

FÓRUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO 1º ANDAR

AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº

ILHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900

CIDADE / COUNTRY

UF

BRASIL

BRESIL





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0088335-94.2019.8.17.2001  
AUTOR: JOSE FABIANO DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA  
**INTIMAÇÃO DE DECISÃO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 22ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 59309939, conforme segue transcrito abaixo:

*"DECISÃO COM FORÇA DE MANDADO Dando andamento ao procedimento de antecipação de provas, devo destacar o Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM-PE n. 16.868, perito médico nomeado por este Juízo, designou o dia 07/05/2020, a partir das 08 (oito) horas até as 10 (dez) horas, por ordem de chegada, para ser realizado o exame pericial, observando que se a parte demandante chegar após às 10 (dez) horas NÃO SERÁ ATENDIDA. O exame pericial será realizado no consultório do Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, localizado a Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, Empresarial Derby Park, Recife – PE - CEP 52010-260 - Tel.: 81 4101-0698. Ponto de referência: rua da emergência clínica do Hospital da Restauração e em frente ao grupo máximo educacional. Intime-se pessoalmente o(a)(s) autor(a)(es) por Mandado (acaso seja possível cumprimento pela CEMANDO) ou Carta com AR (comarcas não atingidas pela CEMANDO) para comparecer no local, dia e hora acima mencionados, ficando ADVERTIDO(A)(S) de que: Deverá comparecer levando todos os seus exames (inclusive Raio X, se tiver) e documentos relacionados ao acidente, ressaltando que sua AUSÊNCIA injustificada ensejará a aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça, nos termos do art. 77, § 2º do CPC, bem como o reconhecimento de renúncia tácita à produção de prova do fato constitutivo de seu direito, nos termos do art. 373, I, do CPC, além do julgamento do processo no estado em que se encontrar. Intime-se o advogado do(a)(s) autor(a)(es) para, querendo, comparecer ao ato acima citado e poderá se fazer presente acompanhado de assistente técnico, sendo que deverá comunicar tal data ao seu cliente, independentemente da intimação pessoal já determinada. Ressalto que a cópia da presente será autenticada por servidor em exercício nessa vara e servirá como mandado. Recife, data e assinatura digital."*

RECIFE, 31 de março de 2020.

**GEMMA GONCALVES DE ARAUJO GONDIM**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 22ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº **0088335-94.2019.8.17.2001**

AUTOR: JOSE FABIANO DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

### **DECISÃO COM FORÇA DE MANDADO**

Diante do fato notório da pandemia do COVID-19, bem como das determinações exaradas por este Tribunal, através da Portaria Conjunta nº 05, de 17 de março de 2020, e do art. 14 do Ato nº 1027/2020, desconsidero a decisão anteriormente prolatada, com o fito de alteração na data da designação da perícia médica, a fim de que não haja prejuízo para as partes.

Assim, dando andamento ao procedimento de antecipação de provas, devo destacar que **o Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO**, CRM-PE n. 16.868, perito médico nomeado por este Juízo, designou como NOVA DATA o dia 07/08/2020, a partir das 13 (treze) horas até as 15 (quinze) horas, por ordem de chegada, para ser realizado o exame pericial, observando que se a parte demandante chegar após às 10 (dez) horas NÃO SERÁ ATENDIDA.

**O exame pericial será realizado no consultório do Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, localizado a Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, Empresarial Derby Park, Recife – PE - CEP 52010-260 - Tel.: 81 4101-0698.** Ponto de referência: rua da emergência clínica do Hospital da Restauração e em frente ao grupo máximo educacional.

**Intime-se pessoalmente o(a)(s) autor(a)(es) por Mandado (acaso seja possível cumprimento pela CEMANDO) ou Carta com AR (comarcas não atingidas pela CEMANDO) para comparecer no local, dia e hora acima mencionados, ficando ADVERTIDO(A)(S) de que: Deverá comparecer levando todos os seus exames (inclusive Raio X, se tiver) e documentos relacionados ao acidente, ressaltando que sua AUSÊNCIA injustificada ensejará a aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça, nos termos do art. 77, § 2º do CPC, bem como o reconhecimento de renúncia tácita à produção de prova do fato constitutivo de seu direito, nos termos do art. 373, I, do CPC, além do julgamento do processo no estado em que se encontrar.**

**Intime-se o advogado do(a)(s) autor(a)(es) para, querendo, comparecer ao ato acima citado e poderá se fazer presente acompanhado de assistente técnico, sendo que deverá comunicar tal data ao seu cliente, independentemente da intimação pessoal já determinada.**

Ressalto que a cópia da presente será autenticada por servidor em exercício nessa vara e servirá como mandado.

Recife, data e assinatura digital.

psrm





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0088335-94.2019.8.17.2001  
AUTOR: JOSE FABIANO DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA  
**CERTIDÃO HABILITAÇÃO ADVOGADO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, procedi à habilitação do(a)(s) patrono(a)(s) **MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS**  
- **OAB PE29559** - **CPF: 065.327.974-48** da parte MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO  
DPVAT SA.

RECIFE, 28 de abril de 2020.  
**EUDALIA MARIA ALVES FONSECA**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0088335-94.2019.8.17.2001  
AUTOR: JOSE FABIANO DA SILVA

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA  
**INTIMAÇÃO DE DECISÃO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 22ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 60733874, conforme segue transcrito abaixo:

*"Diante do fato notório da pandemia do COVID-19, bem como das determinações exaradas por este Tribunal, através da Portaria Conjunta nº 05, de 17 de março de 2020, e do art. 14 do Ato nº 1027/2020, desconsidero a decisão anteriormente prolatada, com o fito de alteração na data da designação da perícia médica, a fim de que não haja prejuízo para as partes. Assim, dando andamento ao procedimento de antecipação de provas, devo destacar que o Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM-PE n. 16.868, perito médico nomeado por este Juízo, designou como NOVA DATA o dia 07/08/2020, a partir das 13 (treze) horas até as 15 (quinze) horas, por ordem de chegada, para ser realizado o exame pericial, observando que se a parte demandante chegar após às 10 (dez) horas NÃO SERÁ ATENDIDA. O exame pericial será realizado no consultório do Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, localizado a Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, Empresarial Derby Park, Recife – PE - CEP 52010-260 - Tel.: 81 4101-0698. Ponto de referência: rua da emergência clínica do Hospital da Restauração e em frente ao grupo máximo educacional. Intime-se pessoalmente o(a)s autor(a)(es) por Mandado (acaso seja possível cumprimento pela CEMANDO) ou Carta com AR (comarcas não atingidas pela CEMANDO) para comparecer no local, dia e hora acima mencionados, ficando ADVERTIDO(A)(S) de que: Deverá comparecer levando todos os seus exames (inclusive Raio X, se tiver) e documentos relacionados ao acidente, ressaltando que sua AUSÊNCIA injustificada ensejará a aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça, nos termos do art. 77, § 2º do CPC, bem como o reconhecimento de renúncia tácita à produção de prova do fato constitutivo de seu direito, nos termos do art. 373, I, do CPC, além do julgamento do processo no estado em que se encontrar. Intime-se o advogado do(a)s autor(a)(es) para, querendo, comparecer ao ato acima citado e poderá se fazer presente acompanhado de assistente técnico, sendo que deverá comunicar tal data ao seu cliente, independentemente da intimação pessoal já determinada. Ressalto que a cópia da presente será autenticada por servidor em exercício nessa vara e servirá como mandado. Recife, data e assinatura digital."*

RECIFE, 28 de abril de 2020.  
**EUDALIA MARIA ALVES FONSECA**  
Diretoria Cível do 1º Grau



Ciente.



Ciente.

